

CUIDAR DE PESSOAS É CONSTRUIR O FUTURO

BALANÇO PIAUÍ 2015





UM ESTADO QUE CRESCE JUNTO COM SUA GENTE

Crescer. Transformar, evoluir, desenvolver. É isso que nos move. O Piauí é um estado que quer e precisa de mais trabalho, mais infraestrutura, mais energia, mais conhecimento, para ser grande. É por isso que o Governo do Piauí está transformando a paisagem de todas as regiões do estado. Transformando vento em energia, participando da maior obra ferroviária do mundo, a Transnordestina, criando novos modelos de escola, apoiando o agronegócio responsável e investindo na infraestrutura e na geração de oportunidades.

Para fazer sua gente crescer e viver melhor.



OS DESAFIOS MOVEM O PIAUÍ RUMO A UM FUTURO MELHOR



3

2015: A BASE PARA O FUTURO!



9

DESENVOLVIMENTO HUMANO COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA



13

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM EQUIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE



45

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL COM INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA



71

GESTÃO EFICIENTE COM TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL



79



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

UM ESTADO QUE CRESCE
JUNTO COM SUA GENTE



**OS DESAFIOS
MOVEM O PIAUÍ
RUMO A UM
FUTURO MELHOR**



CUIDAR DE PESSOAS É CONSTRUIR O FUTURO

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS
E SENHORES DEPUTADOS,
PIAUIENSES DE TODOS OS SEXOS,
IDADES, CORES, CREDOS E
CONDIÇÃO SOCIAL,

Quando a esta Casa retornamos, em 2015, como Governador eleito pela maioria de nossa gente, para lermos a mensagem de abertura do Ano Legislativo, trazíamos conosco a mensagem do otimismo, mesmo sabendo das dificuldades econômico-financeiras, políticas e climáticas do Estado. Porém, a um Governante deve ser prioridade, além de fazer mais e melhor, estimular as pessoas a acreditar em sonhos e trabalhar duramente para torná-los realidade.

A leitura dessa mensagem, mais que uma obrigação constitucional, constitui-se em uma prestação de contas e projeção daquilo que pode e deve ser feito em favor de um Piauí melhor para todos e todas.

Como já posto, o ano de 2015 confirmou-se como um exercício fiscal especialíssimo. Um processo de dificuldades na economia brasileira reduziu os repasses constitucionais para o Tesouro Estadual. O Fundo de Participação dos Estados teve uma queda real na ordem de 3%, obrigando o Estado a agir em duas frentes. De um lado apertando o cinto para reduzir despesas de custeio, e de outro implementando ações para melhorar sua receita tributária.

Felizmente, fomos bem sucedidos. Assumimos um Estado com a folha de pagamentos ultrapassando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e com receitas em queda. O que fizemos foi trabalhar para ampliar a receita ao tempo em que adotávamos medidas saneadoras nos gastos, buscando assim o equilíbrio fiscal. Como resultado do saneamento fiscal, a arrecadação própria somou até outubro R\$ 3,014 bilhões, representando um crescimento nominal de 10,97%, e real de 2,12%. Não é sem razão que, por obra e graça dos esforços para manter as finanças equilibradas, o Estado do Piauí pode exibir com orgulho alguns dados econômico-fiscais relevantes, entre eles

destacamos o destravamento do financiamento de R\$ 370 milhões do programa Pró-Desenvolvimento II, do Banco do Brasil, e o avanço das negociações com o Banco Mundial, que deverá permitir, ainda em 2016, o ingresso de US\$ 320 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão). O aporte desses recursos permitirá investimentos que deverão estimular a economia estadual em sua inteireza, em diversas áreas, sobretudo, na infraestrutura e na política de desenvolvimento social.

Assim, criamos as condições para que o Governo retomasse obras antes paralisadas, como viaduto do cruzamento das BRs 343 e 346, em Teresina, o alargamento da PI-116 (Parnaíba/Pedra do Sal), a segunda ponte Wall Ferraz (Teresina), a construção de elevados nas BRs 316/230/407, em Picos, a urbanização da avenida Beira Rio, (Floriano), o melhoramento do entroncamento PI-307 (Transcerrados).

Investimento em obras faz bem ao Estado e à sua economia, mas o investimento em pessoas vai além disso, porque faz bem à nossa alma e à nossa consciência. Ademais, qualifica a gestão pública. O Governo não poupou esforços e energia para manter em dia seus compromissos com os servidores públicos.

Além de assegurar a folha salarial em dia, a administração estadual manteve permanente diálogo com as categorias de servidores. Neste sentido, reajustes negociados e assentados em lei puderam ser parcelados e outros benefícios foram concedidos dentro das possibilidades fiscais do Estado. Houve ainda reajuste linear para o piso dos professores estaduais, de 13,02%, bem acima da inflação no período, o que representou ganhos para o magistério.

É importante evidenciar que o custeio de pessoal não inclui somente a remuneração mensal dispendida pelo Governo a cerca de 100 mil funcionários ativos, inativos e pensionistas. Há a parte assistencial e uma crescente pressão causada pelo aumento do número de aposentados e pensionistas. Em 2015, houve 1.170 aposentadorias e 450 pensões agregadas ao Sistema de Previdência do Estado.

Por isso mesmo, convém lembrar que medidas de modernização administrativa precisaram ser adotadas – sendo uma das mais importantes a reformulação do sistema de Previdência

e Assistência Social dos servidores públicos estaduais, com a transformação do IAPEP em Instituto de Assistência à Saúde do Servidor do Estado do Piauí (IASPI). A gestão previdenciária passou para a Secretaria de Administração e Previdência, com respectiva Superintendência de Previdência.

Leis aprovadas pela Assembleia Legislativa e já em vigor reduzirão ao longo dos próximos anos a pressão crescente de custos sobre o regime próprio de Previdência do Estado, ao mesmo tempo em que se trabalha a eficiência na arrecadação, sem pressão sobre os contribuintes, e se amplia o rendimento dos servidores estaduais. As mudanças implementadas serão decisivas para a busca da sustentabilidade do sistema previdenciário estadual.

Em meio a ajustes e reformas, porém, o grande e o melhor desafio de uma gestão é promover o desenvolvimento social e econômico – o que significa melhorar a qualidade de vida de cada uma das 3.204.028 pessoas residentes no Piauí. Este é um desafio aceito pela atual administração do Estado, que arregança as mangas e vai ao trabalho.

Neste documento, em sua totalidade, iremos encontrar o conjunto de ações da administração pública para a construção de um Estado onde o desenvolvimento econômico representa ganhos para todos – o que significa expansão das atividades produtivas em todo o Piauí, com sustentabilidade socioambiental.

O trabalho do Governo, agora, é o de restabelecer um ambiente propício à realização de investimentos públicos e de atração de investimentos privados, cuja soma deve resultar em expansão da renda dos cidadãos, seja pela geração de mais postos de trabalho, seja pelo surgimento de novos empreendimentos, algo próprio de uma situação econômica favorável.

Tem sido muito pela necessidade de se fazer crescer o Piauí social e economicamente, com sustentabilidade, portanto, que o Governo trabalhou e trabalha desde janeiro de 2015 com o fito de equilibrar as finanças públicas. Esse é um esforço básico da administração pública, atingido com sucesso no exercício fiscal findado em dezembro e que segue como uma obsessão em 2016: o Piauí deve manter suas contas em dia

para não comprometer suas despesas de custeio, garantir e fazer crescer os recursos para investimento em obras estruturantes.

O Estado do Piauí está sendo trabalhado para se consolidar como um destino atraente para empreendimentos em muitos segmentos econômicos, sendo o mais relevante até aqui o de energia limpa – com a entrada em operação de parques eólicos no Sudeste do Piauí, onde alguns dos maiores players do setor estão investindo um crescente volume de recursos na instalação de usinas eólicas e redes de transmissão. Somam R\$ 7,1 bilhões os investimentos realizados, em curso ou projetados em municípios como Caldeirão Grande, Marcolândia, Padre Marcos, Simões, Curral Novo do Piauí, Paulistana e Betânia. Há ainda investimentos previstos para Queimada Nova e Lagoa do Barro do Piauí.

A energia eólica, símbolo de uma nova realidade de crescimento econômico sustentável, tem ainda o efeito de promover novos empreendimentos em cidades antes lembradas apenas pelos extremos climáticos de estiagem continuada. Um exemplo disso é que as turbinas eólicas em funcionamento ocupam 63 mil hectares em 1.913 propriedades locadas para esse fim. O dinheiro pago pela ocupação da terra vai para a economia dos municípios, que ganham dinamismo com aumento da massa salarial e do dinheiro em circulação, impulsionado pela expansão de outros negócios, sobretudo na área de comércio e serviços.

Há boas razões para que se aposte em manutenção dos níveis de crescimento econômico do Piauí. A despeito das dificuldades econômicas do país, o Estado segue com mais investimentos implantados, em fase de instalação, projetados ou em negociação, em praticamente todos os setores de nossa economia. Exemplo disso está em novos empreendimentos para o cultivo irrigado convencional e orgânico de frutas em três polos: Parnaíba, Guadalupe e São João do Piauí.

A fruticultura, atividade que o Estado estimula por sua característica de grande geradora de empregos, é ponta de lança de outro segmento econômico com grande potencial para novos investimentos e geração de emprego: a agroindústria. Por sua relação intrínseca à agropecuária, está presente em todas as regiões do Estado e cada

vez mais processa produtos do campo, ampliando o valor de mercado, ao mesmo tempo em que proporciona mais empregos e amplia rendimentos e a circulação de dinheiro em todo o Piauí.

Todo o esforço do Estado, assim, deve estar direcionado a resultados positivos em cascata: o dinheiro público que vai para obras estruturantes, atrai negócios que criam mais empregos, ampliam a renda salarial e a base da economia sobre a qual se arrecadam tributos.

Enfim, temos pela frente o desafio de manter e ampliar os serviços públicos em saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública, atendimento às demandas da agricultura familiar. É também um desafio aceito a construção de um ambiente de segurança jurídica para atrair empreendimentos privados, bem como a retomada de investimentos em obras estruturantes para a garantia de progresso social e econômico permanente e sustentável. Trata-se de um desafio que o Governo acolhe e divide com a sociedade, representada em sua inteireza no Legislativo do Piauí.

Sabemos que há sempre o que fazer, há sempre muito a fazer, há sempre menos tempo que o necessário para fazer mais e há em nós uma disposição de sobra para trabalhar na construção de um Estado que seja espaço de oportunidades, de cidadania, de respeito à diversidade.

Muito obrigado!



Wellington Dias
Governador do Piauí



2015:
A BASE PARA O FUTURO



O PIAUÍ SEGUE COMO DESTINO ATRAENTE PARA EMPREENHIMENTOS

O grande e o melhor desafio de uma gestão é promover o desenvolvimento social e econômico – o que significa melhorar a qualidade de vida de cada uma das 3.204.028 pessoas residentes no Estado do Piauí. Este é um desafio aceito pela atual administração do Piauí, que arregaça as mangas e vai ao trabalho. Neste documento, em sua totalidade, iremos encontrar o conjunto de ações da administração pública para a construção de um Estado onde o desenvolvimento econômico representa ganhos para todos – o que representa expansão das atividades produtivas em todo o Piauí, com sustentabilidade socioambiental.

O trabalho do Governo, agora, é o de restabelecer um ambiente propício à realização de investimentos públicos e de atração de investimentos privados, cuja soma deve resultar em expansão da renda dos cidadãos, seja pela geração de mais postos de trabalho, seja pelo surgimento de novos empreendimentos, algo próprio de uma situação econômica favorável.

Tem sido muito pela necessidade de se fazer crescer o Piauí social e economicamente, com sustentabilidade, portanto, que o Governo trabalhou, e trabalha, desde janeiro de 2015, com o fito de equilibrar as finanças públicas. Esse é um esforço básico da administração pública, atingido com sucesso no exercício fiscal findado em dezembro e que segue como uma obsessão em 2016: o Piauí deve manter suas contas em dia para não comprometer suas despesas de custeio, garantir e fazer crescer os recursos para investimento em obras estruturantes.

O equilíbrio fiscal não é um ato simples, porque implica adoção de medidas que nem sempre são bem recebidas em uma sociedade de direitos e deveres. Contudo, convém lembrar que é graças à dureza das ações fiscais que se mantêm despesas de custeio e investimento em dia. Em 2015, isso foi possível com diálogo do Estado com categorias profissionais e contribuintes, fazendo cair de um lado as despesas, e de outro, ampliando a entrada de receitas tributárias. Ademais, leis já aprovadas reduzirão, ao longo dos próximos

anos, a pressão crescente de custos sobre o regime próprio de Previdência do Estado, ao mesmo tempo em que se trabalha a eficiência na arrecadação, sem pressão sobre os contribuintes, e se amplia o rendimento de servidores estaduais. Com o equilíbrio financeiro obtido com muito trabalho, ação fundamental para a travessia de um ano difícil – que foi 2015 – terá o Governo ferramentas para fazer de 2016 um exercício fiscal menos complicado. Embora as receitas tributárias e de transferências (FPE, Fundeb e convênios) possam sofrer pelo revés da economia brasileira, a saúde financeira do Tesouro estadual permite obter recursos de financiamento. Uma dessas operações, em curso com o Banco Mundial, deverá permitir, ainda em 2016, o ingresso de US\$ 320 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão). O aporte desses recursos permitirá investimentos que deverão estimular a economia estadual em sua inteireza, em diversas áreas.

Se de um lado atua o Governo no rumo do equilíbrio fiscal, que permite contratar financiamentos externos e internos, de outro, o Estado do Piauí segue como um destino atraente para empreendimentos em muitos segmentos econômicos, sendo o mais relevante, até aqui, o de energia limpa – com a entrada em operação de parques eólicos no sudeste do Piauí, onde alguns dos maiores players do setor estão investindo um crescente volume de recursos na instalação de usinas eólicas e redes de transmissão. Somam R\$ 7,1 bilhões os investimentos realizados, em curso ou projetados em municípios como Caldeirão Grande, Marcolândia, Padre Marcos, Simões, Curral Novo do Piauí, Paulistana e Betânia. Há ainda investimentos previstos para Queimada Nova e Lagoa do Barro do Piauí.

A energia eólica, símbolo de uma nova realidade de crescimento econômico sustentável, tem ainda o efeito de promover novos empreendimentos em cidades antes lembradas apenas pelos extremos climáticos de estiagem continuada. Um exemplo disso é que as turbinas eólicas em funcionamento ocupam 63 mil hectares em 1.913 propriedades locadas para esse fim.

O dinheiro pago pela ocupação da terra vai para a economia dos municípios, que ganham dinamismo com aumento da massa salarial e do dinheiro em circulação, impulsionado pela expansão de outros negócios, sobretudo na área de comércio e serviços.

Há boas razões para que se aposte em manutenção dos níveis de crescimento econômico do Piauí, porque, a despeito das dificuldades econômicas do país, o Estado segue com mais investimentos instalados, em fase de instalação, projetados ou em negociação que cobrem importantes setores de nossa economia. Exemplo disso está em novos empreendimentos para o cultivo irrigado (convencional e orgânico) de frutas em três polos: Parnaíba, Guadalupe e São João do Piauí.

A fruticultura, atividade que o Estado estimula por sua característica de grande geradora de empregos, é ponta de lança de outra atividade com grande potencial para novos investimentos e geração de emprego: a agroindústria. Por sua relação intrínseca a agropecuária, está presente em todas as regiões do Estado e cada vez mais processa produtos do campo, ampliando o valor de mercado, ao mesmo tempo em que proporciona mais empregos e amplia rendimentos e a circulação de dinheiro em todo o Piauí.

Todo o esforço do Estado, assim, deve estar direcionado a resultados positivos em cascata: o dinheiro público que vai para obras estruturantes atrai negócios que criam mais empregos, ampliam a renda salarial e a base da economia sobre a qual se arrecadam tributos.

**DESENVOLVIMENTO
HUMANO COM
EDUCAÇÃO, SAÚDE
E SEGURANÇA**



EDUCAÇÃO

Esforço continuado por mais qualidade no ensino

Vencer um desafio é obrigação do gestor, mas tanto maior será sua satisfação se o êxito se dá em um ambiente adverso. Foi isso que ocorreu na área da Educação no Piauí em 2015. O Estado estava sob risco de perder recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), porque havia caído o número de matrículas, enquanto havia escolas fechadas em razão de obras, e a escassez de recursos financeiros era um fator inibidor de um bom desempenho.

No entanto, passado um ano, a Secretaria da Educação tem dados positivos – mais ainda porque fez mais com menos. Alguns dos mais evidentes exemplos desse desempenho favorável estarão explicitados a seguir, mas convém lembrar um em especial: despesa com pessoal menor que o projetado, mesmo com a convocação de 650 novos professores efetivos. O valor inicialmente previsto para gastos com pessoal em 2015, de R\$ 787,5 milhões, ficou em R\$ 747,599 milhões – ou 5% a menos, ainda que o Estado tenha concedido um reajuste de 13,01% no piso nacional dos professores. *Ver quadro na página seguinte.*

Também houve redução de despesas de custeio, muito embora a SEDUC tenha mantido repasses dos recursos para manutenção das escolas e para alimentação dos estudantes, valor que superou R\$ 25 milhões. Os valores investidos em obras somaram mais de R\$ 26 milhões.

Os resultados positivos são uma conquista do trabalho de todos os que fazem a SEDUC.

Alfabetização na Idade Certa

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, coordenado pela Secretaria da Educação (SEDUC), destina-se aos municípios



Receitas e despesas na Educação - exercício 2015

Indicadores Financeiros e orçamentários	2014		2015	
	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	Previsto (R\$)	Executado (R\$)
Orçamento anual	1.343.858.180,00	1.068.207.270,68	1.442.049.218,00	1.004.911.877,83
Despesa Corrente				
Despesa com Pessoal	805.377.544,00	797.276.300,53	787.524.812,00	747.599.379,98
Custeio	370.786.840,00	209.315.221,58	392.022.504,00	230.503.578,17
Investimentos	167.693.796,00	61.615.748,57	262.501.902,00	26.808.919,68
% Execução financeira				
Convênios	71.653.796,00	44.683.086,20	57.127.603,00	11.352.329,45
Receita Própria - TESOURO	445.025.610,00	270.066.865,96	482.848.100,00	88.453.961,29
Receita Própria - FUNDEB	675.071.930,00	659.654.938,07	715.380.933,00	645.337.626,60

Fonte: SIAFEM, 09/12/2015.

com foco na educação infantil. Sua finalidade é alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade. Graças a esse programa foi possível ao Governo do Estado capacitar professores alfabetizadores em 18 escolas da rede estadual em Teresina, Parnaíba e Piracuruca. Foram certificados profissionais de 79 municípios. A atividade envolveu 108.000 alunos, com recursos de R\$ 2.786.949,88, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

As ações de Formação de Gestores e Agentes de Circuito de Gestão no Módulo I reuniram 260 profissionais, entre diretores de escolas, coordenadores pedagógicos e Grupos de Educação e Mobilização (GEM) dos municípios de Barras, Fronteiras, Picos, Piripiri, Floriano, Campo Maior, Valença, Picos, Teresina, Parnaíba, Regeneração.

Valorização de servidores

- Criação do Centro Estadual de Formação de Servidores da Educação (IEAF), responsável pela formação docente em diversas áreas do ensino, beneficiando 1.100 profissionais, e realização do I Simpósio Estadual dos Professores da Educação Básica, contando com a participação de 300 professores;
- Reajuste de 13,01% do Piso Salarial dos professores, além da concessão de 662 mudanças de classe e 1.809 mudanças de nível para professores da rede;
- Contratação de 700 professores concursados, 25 intérpretes, 36 instrutores de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e 95 terapeutas para os Centros de Atendimento Educacional Especializado.

Gestão

- Implantação do sistema próprio de lotação de servidores da SEDUC, contemplando a racionalização da carga horária e monitoramento permanente de pessoal;
- Repasse de recursos financeiros para as escolas para manutenção, por meio do Programa Autonomia, Cooperação e Transparência das Unidades Escolares - PACTUE (R\$ 8.900.322,00), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (R\$ 16.370.356,00). Os valores totais do PACTUE somaram R\$ 37.850.927,00 até o dia 15 de dezembro de 2015;
- Implantação da SEDUC Itinerante, para a descentralização da gestão, deixando-a mais próxima das Gerências Regionais de Educação;
- Implantação da primeira Escola Militar do Piauí, o Colégio da Polícia Militar do Piauí Governador Dirceu Mendes Arcoverde, na zona Leste de Teresina. Uma segunda escola militar deverá ser implantada em 2016, na Unidade Escolar José Pereira Brasil, no Parque Brasil II, zona Norte da capital;
- De 309 obras de reforma, ampliação e melhoria física de escolas, que estavam paralisadas, 245 foram retomadas e 45 entregues em 2015;
- Reestruturação e entrega das novas instalações do Liceu Piauiense, um investimento superior a R\$ 3,5 milhões, dotando a escola de salas de xadrez, música, dança, novo refeitório, acesso à internet, salas climatizadas, lousas eletrônicas e bibliotecas, estação elevatória para cadeirantes no anfiteatro, rádio comunitária e laboratório de robótica.

Ensino Médio

O Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), implantado no Estado do Piauí desde 2010, inicialmente em seis escolas, seguiu o seu processo de ampliação e atualmente totaliza 411 escolas inseridas. Essas escolas recebem recursos financeiros do FNDE e apoio técnico pedagógico da Gerência de Ensino Médio da

GRUPO RAÍZES DO NORDESTE

Quando a cultura imbrica-se com a educação no ambiente escolar, todo mundo ganha. Exemplo disso é o que ocorreu na Unidade Escolar Cândido Oliveira, em Parnaíba, onde foi criado o grupo Raízes do Nordeste.

Essa ação fez daquela escola, uma das 178 instituições educacionais brasileiras reconhecidas como exemplo de inovação e criatividade na educação básica. As instituições foram selecionadas entre as 683 que participaram de chamada pública lançada pelo Ministério da Educação para identificar e conhecer iniciativas inovadoras para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

O grupo atua nos anos finais dos ensinos fundamental e médio, estimulando seu protagonismo e oferecendo o acesso e a vivência da arte de uma forma mais elaborada e conceituada. O Raízes do Nordeste age em estreita parceria com a escola.



SEDUC, para implementar ações que fortaleçam o currículo. Atualmente, o Plano de Reestruturação Curricular encontra-se em fase de execução das ações planejadas.

A Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) já faz parte do calendário escolar e tem colocado o Piauí em posição de destaque nos cenários regional e nacional. Este ano, envolveu 646 escolas e contou com a participação de 170.132 - alunos, mediante o comprometimento das 21 Gerências Regionais, abrangendo os 224 municípios do Estado.

Com o objetivo de valorizar o ensino teórico e prático do Esporte Educacional nas escolas da Rede Pública Estadual Piauiense, foram realizadas atividades do programa de jogos das escolas públicas estaduais piauienses, em todas as 21 Gerências

Regionais, envolvendo os 224 municípios, 646 escolas públicas estaduais e 3.200 alunos, com um investimento de R\$ 868.025,00. Os jogos são destinados aos estudantes, professores de Educação Física e a toda a comunidade da rede pública estadual do Piauí.

Programa de Educação Presencial com Mediação Tecnológica

Serviço educacional especializado para a produção e transmissão de Programas de Ensino Presencial com Mediação Tecnológica nas modalidades ensino médio regular, educação de jovens e adultos, reforço escolar para o ensino médio e formação continuada de professores. Em 2015, foram beneficiados 15.000 alunos em 180 municípios, com um investimento total de R\$ 11.888.358,45.

Educação de Jovens e Adultos - EJA

Em parceria com a União foram atendidos, em 2015, 11.909 estudantes que, por variadas razões, não tiveram a oportunidade de concluir os ensinos fundamental ou médio no tempo certo, através do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, mais 2 mil jovens mediante o programa Projovem Campo - Saberes da Terra. Também foi realizada a reestruturação Curricular dos CEJAS e NEJAS – para implementação dos anos finais do Ensino Fundamental, bem como implantação do Ensino Médio nos Centros

de Educação de Jovens e Adultos, no formato presencial, incluindo-os nas políticas públicas de financiamento. Municípios beneficiados: Parnaíba, Barras, Luzilândia, Piripiri, Teresina, Campo Maior, Regeneração, Água Branca, Amarante, Valença, Oeiras, Picos, Floriano, São João do Piauí, Fronteiras, Pio IX, Paulistana, Demerval Lobão e União.

Programa Mais Educação

Envolveu um total de recursos do FNDE de R\$ 33.884,00/mês para atender 327 escolas em 123 municípios contando com 348 coordenadores, 1.635 monitores e 37.760 alunos do ensino fundamental. Representa um investimento médio de R\$ 30.000,00 por Escola (FNDE/PDDE) sendo R\$ 0,90/aluno com recurso federal e R\$ 1,10/aluno com recurso estadual. Total do recurso estadual: R\$ 41.536,00/mês.

Obras

Com o objetivo de garantir o pleno funcionamento das escolas da rede estadual, foram retomadas 215 obras, com conclusão e entrega de 45 em 2015. Além disso, foram instaladas subestações de energia elétrica em diversas escolas, para permitir o uso de equipamentos de informática, condicionadores de ar, para climatização de salas e outros eletroeletrônicos. Foram investidos R\$ 19.004.445,61 na reestruturação física, com 43% dos recursos custeados pelo Tesouro estadual.

OBRAS DE EDUCAÇÃO EM DESTAQUE

- Reforma da Unidade Escolar Professor Raldir Cavalcante - Teresina.
- Construção de quadra poliesportiva na Unidade Escolar Edson da Paz Cunha - Parnaíba.
- Construção de escola no povoado Formosa - Piripiri.
- Reforma e ampliação da Unidade Escolar Coelho Rodrigues - Picos.
- Construção de escola padrão FNDE e uma quadra poliesportiva com vestiário - Wall Ferraz.
- Reforma e ampliação da Unidade Escolar Lourival Parente - Teresina.
- Cobertura de quadra na Unidade Escolar Djalma Nunes - Floriano.
- Construção de quadra poliesportiva com vestiário, na Escola Técnica Ministro Petrônio Portella - Parnaíba.
- Construção de Escola Agrotécnica - Lagoa do Piauí.
- Reforma do Colégio Estadual Zacarias de Gois - Liceu Piauiense.

Educação Profissional

Em 2015, as 70 escolas do Estado que oferecem educação profissional realizaram 39 cursos técnico de nível médio, envolvendo 11 eixos tecnológicos: ensino integrado (regular, tempo integral, PROEJA e alternância), concomitante, subsequente – presencial e à distância (Rede e-Tec Brasil). Foram ofertados cursos técnicos de nível médio nos 11 territórios de desenvolvimento, compatíveis com as vocações econômicas e atividades produtivas prevalentes.

Em 2015, foram ofertadas 20 mil vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), distribuídas em todo o Estado.

Instituto Superior de Educação Antonino Freire - ISEAF

Com o objetivo de proporcionar aos profissionais técnicos administrativos e de serviços gerais das escolas públicas estaduais e municipais, cursos de formação continuada em áreas específicas de atuação, por meio da educação à distância, o ISEAF implementou 73 turmas do programa Profuncionário, em 2015, em oito Gerências Regionais da Educação. Os recursos utilizados são oriundos do FNDE, no valor de R\$ 3.613.498,63. Esse investimento em formação cria as condições técnicas para que os profissionais em educação compreendam e contribuam com o processo educativo no espaço escolar.

Ensino Superior - UESPI

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) realizou o evento anual de Iniciação Científica e de Pesquisa para incentivar a iniciação e a produção científica, fortalecendo a integração entre Pesquisa, Ensino e Extensão. O evento também permitiu a troca de informações entre a comunidade acadêmica e divulgação da produção científica de alunos e professores da UESPI e de outras Instituições de Ensino Superior.

ESCOLA BOA ENSINA A PENSAR

O esforço de melhoria da qualidade da educação se faz com obras físicas, mas principalmente com esforços, para dar autonomia e capacidade de análise para o estudante. Foi isso o que ocorreu no Piauí com uma despretensiosa ação: o Projeto Lei Maria da Penha nas Escolas: desconstruindo a violência, construindo o diálogo.

O projeto atingiu pelo menos 7.500 estudantes da rede estadual, dando-lhes ferramentas e conhecimento para que analisassem a realidade da recorrente violência contra a mulher. Tendo sido esse o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015, os resultados positivos logo se mostraram.

Um exemplo de bom desempenho é da estudante Karolayne Araújo, da Unidade Escolar Pires de Castro, no bairro Dirceu Arcoverde, em Teresina, que conseguiu alcançar 960 pontos na redação. Com o conhecimento prévio adquirido graças ao projeto Lei Maria da Penha nas Escolas, a estudante pôde fazer um texto adequado e bem avaliado sobre o tema “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”.



Outra ação importante foi a criação de cursos de pós-graduação stricto sensu em Química e manutenção nos três programas de mestrados ativos (Química, Letras e Profissional em Letras) de bolsas aos programas de pós-graduação stricto sensu e apoio no processo de formação contínua para docentes e técnicos (nível lato sensu, modalidade: Minter e Dinter – em andamento)

A realização de cursos de especialização em áreas específicas, demandadas pela sociedade/mercado estendeu-se ao municípios de Teresina, Parnaíba, Água Branca, Avelino Lopes, Bom Jesus, Buriti dos Lopes, Castelo do Piauí, Corrente, Elesbão Veloso, Floriano, Gilbués, Inhuma, Monsenhor Gil, Oeiras, Picos, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, São João do Piauí, Simões, União, Uruçuí, Valença do Piauí. Foram ofertados 14 Cursos, sendo sete concluídos e sete em andamento, com 681 alunos matriculados/curstando e 891 diplomados.

Destaque-se ainda a implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), com a finalidade de incentivar a formação de docentes em nível superior para educação básica. Foram concedidas bolsas a alunos participantes dos subprojetos de iniciação à docência, desenvolvidos pelo PIBID-UESPI, em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino em Campo Maior, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Teresina.

Mediante o Programa Bolsa Trabalho foi possível a complementação de recursos financeiros aos estudantes da UESPI em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, através do Programa Apoio Pedagógico ao Aluno com Deficiência a instituição ofereceu apoio e acompanhamento a esses alunos carentes.

RESULTADOS EDUCACIONAIS

Um dos aspectos mais importantes da política de Educação do Estado está relacionado à capacidade de investimentos na implementação de ações que visem melhorar a qualidade do ensino ofertado. Para tanto, iniciativas de monitoramento e avaliação assumem uma dimensão fundamental. Nessa direção, foi realizado o Painel do IDEB, com o propósito de discutir dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas escolas de ensino fundamental, do qual participaram 150 gestores e coordenadores de quatro Gerências Regionais de Educação (4ª, 19ª, 20ª e 21ª GRE's)







SAÚDE

Serviços médicos especializados para quem mais precisa

Em um ano em que a saúde financeira do Estado esteve sempre sob ameaça, o trabalho na área da saúde – pela SESAPI e SEIR – foi pautado pela busca recorrente da eficiência, para fazer muito mais com menos recursos financeiros disponíveis.

Há, por causa do trabalho de todos na área da saúde, bons resultados a serem mostrados, como se poderá observar a seguir. As despesas nesta área no âmbito da administração estadual somaram 12,45% do orçamento total do Estado, ou seja, o Governo foi além da exigência constitucional de 12% das receitas despendidas em saúde pública.

Os números orçamentários são importantes, mas é fundamental lembrar que a saúde trata com vidas e qualidade de vida das pessoas. Neste sentido, valorizam-se ações como os Programas Amigos do Peito e Olhar Bem, que levaram serviços médicos especializados aos piauienses que mais precisam.

Para quem está acostumado à comodidade de serviços médicos especializados, perto de casa e ao alcance da mão e do bolso, parece ser algo de menor importância uma cirurgia oftalmológica ou mamografia. Porém, para cidadãos que estão em cidades distantes, entre 500 e 800 quilômetros de Teresina, é preciso que os serviços cheguem até eles. Melhor ainda: sem custo para eles.

Dois programas cumpriram esse papel no Piauí em 2015: Olhar Bem e Amigos do Peito. Mais de seis mil procedimentos (cirurgias e exames de mamografia) foram feitos através deles.

O Programa Olhar Bem, com duas edições em 2015, realizou 3.029 cirurgias. Priorizando o atendimento humanizado e resolutivo, mais de 100 profissionais atuaram em quatro territórios ao Sul do Estado.



Somente em Floriano foram realizadas mais de 300 cirurgias, como a dos irmãos Expedito, de quatro anos de idade, e Fernando, de três. Os meninos sofriam de catarata congênita e graças à operação, podem ter uma vida normal, indo à escola, brincando como qualquer criança na idade deles.

O Programa Amigos do Peito possibilitou 3.000 exames de mamografia ao longo de quatro meses de atividades em 2015. Em 2016, as ações desse programa devem ser ainda mais positivas e atingir um maior número de beneficiários.

Saúde Pública com acesso e qualidade para todos

Na perspectiva de garantir à população o acesso a uma assistência integral com qualidade, eficiência e resolubilidade, a principal estratégia do Governo para 2015 foi fortalecer a parceria com os municípios, através do repasse do cofinanciamento da saúde, haja vista que muitas das demandas da população deixam de ser atendidas satisfatoriamente pela fragilidade dos sistemas locais de saúde.

O cofinanciamento tem viabilizado a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, permitindo uma melhor e maior assistência à população do interior, uma vez que os gestores dos municípios com maior carência de recursos passam a custear serviços da atenção básica, antes não disponibilizados como: Assistência Farmacêutica, Centro de Especialidades

Odontológicas (CEOs), Laboratório Regional de Prótese Dentária e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Os recursos são repassados, mensalmente.

Em 2015, as despesas – custeio e investimentos – em saúde somaram R\$ 1.129.784.479,00, com um aporte significativo de recursos do Tesouro Estadual, de R\$ 630.921.105,22, o que representa um investimento em torno de 12,45% na política.

No quadro abaixo, a participação percentual dos recursos do orçamento da saúde por natureza da despesa.

Com a implantação da Clínica de Nefrologia para Assistência aos Transplantados, no Hospital Getúlio Vargas (HGV), 270 novos pacientes passaram a ser beneficiados. Houve ainda aumento na oferta de consultas especializadas no Ambulatório HGV de 7.500/mês para 10.900/mês, o que representa um incremento de mais de 45% na prestação desse serviço.

Com a estratégia de maximização de cirurgias eletivas ortopédicas e gerais nos hospitais do interior e litoral, foi possível reduzir as transferências para Teresina.

Durante o ano de 2015, o Piauí realizou 19 captações de múltiplos órgãos (rim, fígado e coração) para transplante. O maior número já registrado pelo estado desse tipo de procedimento. Em 2014, foram 17. Os dados são da Organização de Procura de Órgãos e Tecidos para Transplante (OPO), com sede no Hospital Getúlio Vargas (HGV). No Piauí, o HGV é o

Participação percentual dos recursos do orçamento da Saúde por natureza de despesa

Participação percentual	Valor no orçamento	%
Pessoal e Encargos sociais	404.843.146,00	36%
Outras Despesas	482.314.919,00	42%
Investimentos	242.626.414,00	22%

Fonte: SESAPI.

único que conta com uma equipe para retirada multiorgânica.

Foram investidos mais R\$ 22 milhões, provenientes de emendas parlamentares, destinados à reforma e ampliação de unidades de saúde, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital de Altos e Centro de Parto Natural - CPN, saneamento e abastecimento d'água em três municípios, dentre outras ações. Outra importante prioridade do Governo foi a reorganização e implantação dos pontos de Atenção da Rede de Urgências e Emergências – RUE, envolvendo as Unidades, HGV, Hospital da Polícia Militar, Maternidade Dona Evangelina Rosa, Instituto Tropical Nathan Portella, Hospital Infantil Lucídio Portella, em Teresina, Hospitais Dirceu Arcoverde (Parnaíba), Justino Luz (Picos) e Tibério Nunes (Floriano), com definição do perfil assistencial, recursos humanos e financeiro.

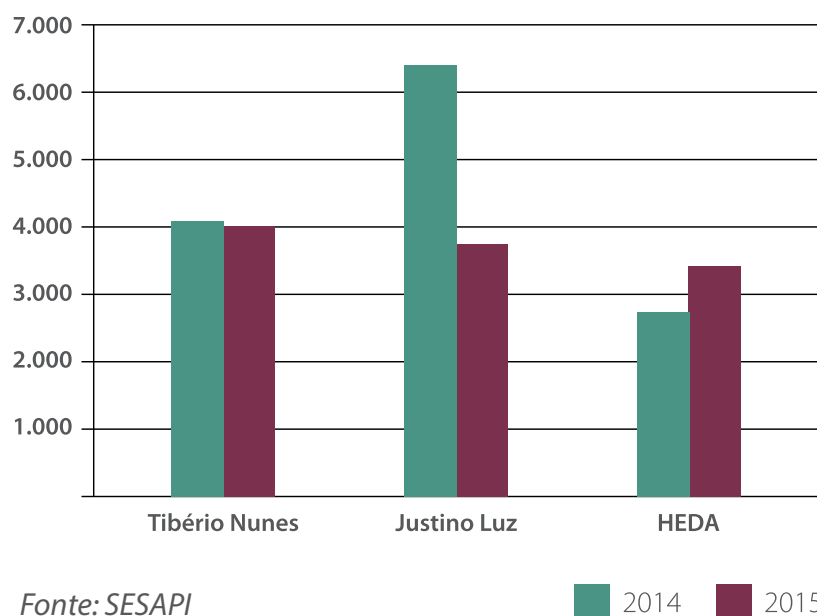
Mediante a adesão à estratégia de implementação das Redes de Atenção à Saúde (RAS), está sendo buscada a ampliação da acessibilidade, continuidade e potencial resolubilidade às demandas da população, permitindo que os municípios enfrentem melhor os gargalos organizacionais, financeiros, assistenciais e de formação profissional, próprios do setor hospitalar.

Dentro da estratégia da RAS, para garantir acesso do usuário aos serviços de saúde, atualmente é feita uma regulação média mensal de 1.379,5 envolvendo os pacientes regulados na urgência (755,5), pacientes regulados na retaguarda (289,3) e pacientes regulados na obstetrícia.

Gestão em pessoas, processos e serviços

Dentre as iniciativas de alcance territorial, desenvolvidas no âmbito da gestão, por meio das Regionais de Saúde, merecem destaque as ações de Coordenação dos Grupos Condutores de Redes Temáticas de Atenção à Saúde e

Produção Hospitalar 2014-2015
(Janeiro a Setembro)



Fonte: SESAPI

AMIGOS DO PEITO

A implementação do Programa Amigos do Peito em mais de 30 municípios permitiu às mulheres o acesso a cerca de 3.500 exames de prevenção de câncer de mama.

O programa atingiu seu objetivo inicial de descentralização de consultas e exames de mamografia, para prevenção e busca ativa de pacientes com câncer.

Percorreu inicialmente cidades mais distantes, no Sul do Estado, atingindo pacientes de 30 municípios, como São Gonçalo do Gurgueia, Riacho Frio, Cristalândia e Parnaíba – todas situadas a mais de 750 quilômetros de Teresina e onde historicamente há dificuldades de acesso a serviços especializados em saúde.

da Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde (PGASS). Também é importante ressaltar a Realização de Oficinas Técnicas com as Comissões Intergestores Regionais (CIR), para definição dos Pontos de Atenção das cinco Redes de Atenção à Saúde a serem implantadas no Estado, em 11 Territórios/Regiões de Saúde e, dessa forma, possibilitar o acesso aos 224 municípios.

A SESAPI promoveu, em 2015, a capacitação de gestores e técnicos das Secretarias Municipais, bem como deu apoio e assessoramento técnico aos municípios das 11 Comissões Intergestores Regionais – CIR, nos 224 Municípios do Estado. Em parceria com o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (COSEMS-PI), a SESAPI realizou 11 oficinas técnicas nos municípios-sede das Regiões de Saúde (Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Teresina, Picos, Valença, Oeiras, Floriano, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Corrente, e Uruçuí), destinadas aos secretários municipais da área, para capacitação nas diretrizes técnicas de elaboração de Planos Municipais de Saúde.

Outra iniciativa relevante foi a Formação dos Agentes Comunitários em Saúde, para atuarem como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais dos serviços de atenção básica de saúde, em duas etapas, nas quais foram capacitados 1.050 Agentes Comunitários

de Saúde.

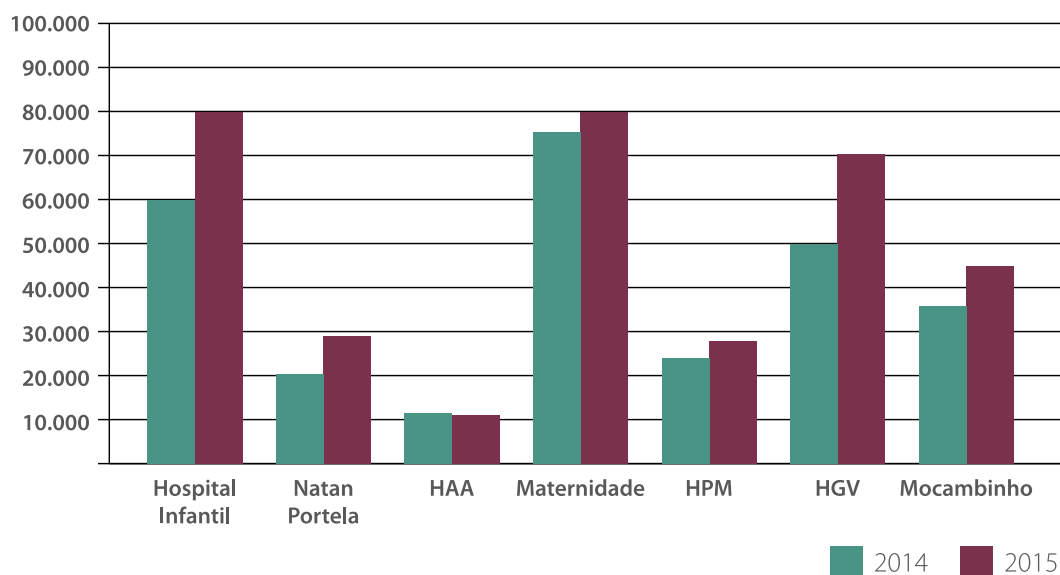
Foram capacitados 175 técnicos dos Territórios Vale do Canindé, Serra da Capivara e Chapada das Mangabeiras, no curso Vigilância em Saúde, com o propósito de formar profissionais com habilidades necessárias a participar da intervenção no processo saúde-doença, contribuindo para as práticas de atenção à saúde e controle de doenças, baseada em evidências e no perfil epidemiológico.

Assistência Farmacêutica

Com o intuito de fortalecer políticas de assistência farmacêutica, foram distribuídos medicamentos de aquisição centralizada contra hanseníase, tuberculose, DST/AIDS para as 11 Coordenações Regionais. Também foram promovidas oficinas de incentivo à adesão, implantação e uso do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Sistema Hórus), para técnicos das Secretarias Municipais de Saúde, bem como realizado o monitoramento dos municípios habilitados no Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS).

Foram realizadas aquisições de medicamentos especializados, com recursos que somaram R\$ 47.730.870,67 para Usuários do SUS, dos muni-

Produção Ambulatorial 2014-2015
(Janeiro a Setembro)



cípios das Regiões de Saúde onde se localizam hospitais da rede estadual.

Atenção à pessoa com deficiência - SEID

No que se refere à Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência, o Piauí tem sido destaque em nível regional e nacional pelos esforços para assegurar o acesso a diversas modalidades de atendimento, além da aplicação de políticas assistenciais e emancipatórias, a exemplo de iniciativas voltadas para o fortalecimento da rede de proteção social da pessoas com deficiência e implementações de medidas socioeducativas. A realização, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE-PI), de seminários, conferências regionais e fóruns regionalizados de políticas públicas representa a expansão do diálogo com a sociedade e a construção das bases para descentralização das políticas de atendimento desse segmento social.

A realização da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nos dias 17, 18 e 19 de novembro, reuniu delegados de todos os Territórios para discutir o desafio na implementação de políticas públicas para esse estrato populacional que, segundo o IBGE, soma mais de 800 mil piauienses, que declararam ter algum tipo de deficiência, no Censo 2010.

Eventos como a conferência favorecem um diálogo expandido acerca das pessoas com deficiência e complementam ações como a entrega de uma van adaptada para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São João do Piauí, fruto de parceria com o governo federal.

Também foi inaugurado o Núcleo de Atendimento Especializado de Demerval Lobão, e entregues equipamentos, mobiliário e material de consumo e expediente, para Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Piripiri, com recursos de convênio federal.

Ainda em outubro de 2015, o Ministério da Saúde liberou o empenho da emenda parlamentar no valor de R\$ 4,6 milhões destinados à construção do Centro Especializado em Reabilitação, em Parnaíba. O projeto do CER já conta com o terreno doado pela prefeitura do município.



OLHAR BEM PARA VER MAIS LONGE

O Programa Olhar Bem, da Secretaria de Estado da Saúde, iniciado em 2015, realizou 3.029 cirurgias de catarata em pacientes maiores de 60 anos, de dezenas de cidades dos Territórios do Vale do Rio Guaribas, do Rio Sambito, do Vale do Canindé e da Chapada das Mangabeiras. Os atendimentos foram centralizados nas cidades de Picos (Guaribas), Valença (Sambito), Oeiras (Canindé) e Bom Jesus (Mangabeiras).

Os procedimentos cirúrgicos que devolvem

às pessoas a boa visão foram precedidos de consultas com oftalmologistas, que somente na região de Picos, somaram 1.649.

A oferta descentralizada de serviços de oftalmologia é um imperativo no Piauí, porque essa especialidade médica concentra-se basicamente na capital. Dos 146 médicos oftalmologistas cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) no Estado do Piauí, somente 32 estão fora da capital, distribuídos em 17 municípios. Ademais, de 27 estabelecimentos aptos a fazer cirurgia de catarata pelo SUS, 12 estão em Teresina.



OBRAS INAUGURADAS:

- UTI – ampliação de leitos do Hospital Regional Chagas Rodrigues em Piripiri.
- CAPS I – implantação da sede própria em Teresina.
- Unidade de Pronto Atendimento – UPA, em Oeiras.
- Centro de Diagnóstico por Imagem – Hospital Regional Tibério Nunes em Floriano.
- Conclusão da primeira etapa da reforma e ampliação do Hospital Regional Senador Dirceu Arcoverde - Parnaíba.
- Unidade Básica de Saúde - UBS-1 – Residencial Jacinta Andrade

Dentre as obras em execução, destacam-se a ampliação de 88 novos leitos para tratamento intensivo nos Hospitais da Polícia Militar, Floriano, Picos, Oeiras, Parnaíba, a implantação de UPAs em Bom Jesus, São Raimundo Nonato e Uruçuí, onde também está sendo construído o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), o primeiro no Estado e um dos dez do país voltado para atendimento a trabalhadores rurais. Também são relevantes obras ligadas à Rede Cegonha, à melhoria física e aquisição de equipamentos nos hospitais, à nova sede da regional de Uruçuí, ao Hospital Materno-Infantil de Teresina (em licitação) e ao novo Hospital de Picos, contabilizando investimentos de mais de R\$ 90 milhões.

EMERGÊNCIA CONTRA O *Aedes Aegypti*

A descoberta de uma relação entre o vírus zika e casos de microcefalia, que no Piauí atingiu, até dezembro, 52 bebês, levou o Governo do Piauí a decretar uma guerra contra o mosquito transmissor da doença, o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor também da febre chikungunya e da dengue, que no ano passado teve 7.618 casos suspeitos em 169 municípios – um decréscimo de 0,8% em relação a 2014. Mesmo com redução dos casos de dengue, o avanço dos casos de microcefalia ligados ao zika vírus acendeu um sinal vermelho, levando a SESAPI a desencadear uma campanha ampla de limpeza para reduzir os criadouros do mosquito transmissor da doença, inclusive nos estabelecimentos prisionais, em repartições públicas e em imóveis residenciais, em parceria com as prefeituras, principalmente dos 13 municípios onde foi detectada maior infestação da doença: Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Matias Olímpio, São Miguel do Tapuio, Sigefredo Pacheco, Alegrete do Piauí, Francisco Santos, Jaicós, Monseñor Hipólito, Pio IX, Avelino Lopes, Bonfim do Piauí e Uruçuí. Além disso, em Teresina e no interior do Estado, equipes multiprofissionais da Secretaria de Estado da Saúde realizaram Oficinas Descentralizadas de Sensibilização sobre Microcefalia.



CULTURA

Um novo contexto institucional valoriza o setor

A elevação da Fundação Cultural do Estado (FUNDAC) ao status de Secretaria de Estado e a realização de eventos culturais já consolidados destacam-se como principais atividades no âmbito da cultura em 2015.

A mudança no arcabouço institucional tem o propósito de ampliar as condições de uma melhor oferta de programas, equipamentos e projetos culturais. Nesse processo, foram realizadas discussões amplas envolvendo aspectos relacionados à gestão pública, à cidadania, à economia da cultura e ao patrimônio cultural.

Dentre as atividades realizadas destacam-se os grandes eventos promovidos em Teresina.

- Encontro de Folgedos - realizado nas festas juninas, envolvendo cerca de 20 mil pessoas, com um investimento de R\$ 800.000,00
- Realização Festluso – evento que articula o intercâmbio Piauí/Portugal, por meio da arte cênica. Mobilizou cerca de oito mil pessoas, com um investimento de R\$ 400.000,00
- As festividades do aniversário do Theatro 4 de Setembro, com uma programação rica e diversificada, contou com a participação de cerca de quatro mil pessoas, com um investimento de R\$ 110.000,00
- O Projeto Seis e Meia, evento nacional já consolidado no Estado, permitiu o acesso de cinco mil pessoas a shows com artistas de renome nacional, a preços acessíveis, representando um investimento de R\$ 750.000,00
- Por sua vez, o Projeto Boca da Noite cujo propósito é divulgar nomes da música popular piauiense, envolveu nesta edição cerca de 35 mil pessoas – com aporte de recursos de R\$ 450.000,00.



Outras importantes atividades culturais, tendo como protagonista a iniciativa privada, fazem parte do calendário cultural do Estado e foram realizadas em vários territórios, contando com o apoio governamental, dentre estes destacam-se:

- Salão do Livro do Piauí - SALIPI – investimento de R\$ 170.000,00.
- Festival de Inverno de Pedro II – evento que mobiliza em torno de 30 mil pessoas, no qual foram investidos R\$ 65.400,00.
- Festival da Rabeca de Bom Jesus – evento que reuniu cerca de 20 mil pessoas.
- Festival da Uva, em São João do Piauí - com a participação de aproximadamente 15 mil pessoas.
- Cachaça Fest, em Castelo do Piauí – reuniu mais de 10 mil pessoas, com aplicação de R\$ 290.000,00.
- Sabor Maior, em Campo Maior – com a presença de 15 mil pessoas e aplicação de R\$ 153.000,00.
- Festival de Oeiras – evento com 10 mil participantes e investimento de R\$ 150.000,00.
- Verão Litoral – reuniu 50 mil pessoas nas cidades de Parnaíba, Luís Correia, Cajueiro da Praia. Investimento de R\$ 250.000,00
- Apoio a salões do livro nas cidades de Coivaras, Altos, Alto Longá, Parnaíba, Valença, Inhumas, Elesbão Veloso e Barro Duro – R\$ 95.000,00.
- Representação cênica da Batalha do Jenipapo (Campo Maior) e Semana dos Museus – R\$ 15.000,00.
- Reforma do Teatro Maria Bonita, em Floriano – R\$ 400.000,00.

EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO ENTREGUE EM 2015

- Centro Cultural – Residencial Jacinta Andrade



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidadania e Ação Social mais perto das pessoas

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania, responsável pela gestão das políticas de assistência social, transferência de renda, segurança alimentar, medidas socioeducativas e direitos humanos, realizou, em 2015, capacitações nos 224 municípios contemplando 3.272 beneficiários.

Entre as ações de capacitação, destacam-se a de técnicos e gestores para implantação das ações do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e provisão dos serviços socioassistenciais, no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros Pop, Serviços de Acolhimento Institucional e Serviços e a capacitação de técnicos multiplicadores para elaboração de diagnóstico socioterritorial.

Foram realizados um encontro estadual de representantes municipais de CREAS, envolvendo 30 municípios e ações de supervisão e monitoramento dos serviços socioassistenciais, para verificar o alcance das metas e indicadores e benefícios do SUAS, bem como prestar assessoria técnica às ações de proteção social de média complexidade, nos 224 municípios do Estado.

Através do Programa Cidadania Ativa foi possível ao Estado garantir acesso à documentação básica, orientações sociais e Realização do evento Justiça Itinerante e Cidadania Ativa, beneficiando 120.000 pessoas, atendidas em 30 municípios, com um aporte de R\$ 140.000,00.

O Programa de Inclusão Digital para pessoas em situação de vulnerabilidade social investiu R\$ 24.960,00 na capacitação de 2.000 pessoas de 10 municípios, na área de informática, com o intuito da inserção no mercado de trabalho. Municípios contemplados: Paulistana, São Francisco do Piauí, Coivaras, Valença do Piauí, Pedro Laurentino, Paes Landim, José de Freitas, Prata do Piauí, Avelino Lopes e Barro Duro.



O esforço para a erradicação do trabalho infantil e contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes levou à realização de eventos em 222 municípios, para sensibilizar a sociedade quanto às possíveis formas de enfrentamento desses problemas.

Em municípios com maior índice populacional é recorrente a existência de pessoas em situação de rua e que demandam a presença efetiva do Estado com políticas de acolhimento. Nesse âmbito, a SASC desenvolveu serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, adultos e pessoas idosas, nos municípios de Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Picos, Bom Jesus, Barras, Canto do Buriti e Oeiras.

Conferências, seminários e mostras

- Foram realizadas as Conferências Estaduais da Criança e do Adolescente, do Idoso e as Conferências Territoriais e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, voltadas para a importância da implementação de hábitos de alimentação adequada e saudável, que envolveu 612 participantes, dos 11 territórios.
- A Conferência Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e de Direitos LGBT, ambas em sua terceira edição, foram eventos de ampla mobilização social, com o propósito de discutir e elaborar diretrizes de políticas de Direitos Humanos e LGBT, em nível estadual, para o triênio 2016-2018. As atividades foram realizadas de forma simultânea, permitindo a racionalização de recursos. Participaram 400 pessoas nos 11 Territórios de Desenvolvimento.

Respeito à diversidade é marca da ação social

A X Mostra de Cinema e Direitos Humanos no Mundo, feita com o propósito de abordar e discutir temas como segurança pública, respeito às minorias e à diversidade, movimentos sociais, diferenças de gêneros, étnicas e sociais. A mostra mobilizou cerca de 2.000 pessoas na cidade de Teresina.

Para o segmento LGBT, o apoio institucional do Estado é fundamental, pois permite uma atuação direta junto aos mecanismos de controle social no sentido de fortalecer a promoção, defesa e ci-

dadania à População LGBT. Foram contemplados os municípios de Picos, Parnaíba, Floriano, Pedro II, Esperantina, Piripiri, Oeiras, Barras, envolvendo cerca de 20.000 beneficiários.

Complementam ainda as ações de apoio institucional do Estado aos direitos da pessoa humana a realização de caravanas e implantação dos Comitês Municipais de Direitos Humanos e de Combate à Discriminação nos Territórios de Desenvolvimento. Com esta iniciativa, o Governo buscou sensibilizar a sociedade e promover ações de prevenção e combate a aliciamento para o trabalho escravo no Piauí. Através de Projeto Educar para Libertar, foram capacitados professores, gestores e lideranças populares, envolvendo 384 profissionais dos 11 Territórios de Desenvolvimento.

Na mesma linha da sensibilização social, outra importante etapa foi cumprida com a realização do Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Trabalho Escravo, em Teresina, para discutir políticas de prevenção ao aliciamento ao trabalho escravo, com participação de 500 pessoas.

Segurança alimentar e nutricional

- Entrega de insumos e supervisão a 200 beneficiários de projeto financiado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Previdência Social (SENAES). Municípios atendidos: São João do Arraial, Esperantina, Boa Hora, Campo Maior, Batalha, Piripiri, Picos, Paquetá, Oeiras, Paulistana, Betânia, Simões, Curral Novo, José de Freitas, Queimada Nova.
- Realização da Oficina de Educação Alimentar e Nutricional, com o objetivo de reforçar os princípios de segurança alimentar e nutricional, como também valorizar a cultura local, para reforçar o uso de alimentos regionais e da oficina regional sobre os benefícios do buriti, nos assentamentos 17 de Abril e Manoel Emídio.
- E realização da Oficina Regional para a produção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com o objetivo de fazer com que os Estados e Municípios sejam capacitados para a elaboração do Plano Estadual e Municipal de SAN, reunindo 70 pessoas em Teresina.



JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Menos drogas, mais vidas preservadas

Há uma relação direta entre homicídios, o consumo e o tráfico de drogas. Assim, toda vez que o aparato de segurança do Estado apreende drogas, está salvando vida.

Foi o que aconteceu em 2015, quando foi registrada uma apreensão recorde de mais de 20 toneladas de drogas, com ênfase para a maconha, que somou 19,9 mil quilos apreendidos somente pela Delegacia de Repressão e Prevenção a Entorpecentes (Depre).

Menos drogas, mais vidas preservadas. Em 2015, houve um recuo de 8,83 no número de homicídios, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, também classificados como crimes violentos letais intencionais (CVLIs). Na relação com 2014, preservaram-se a vida de 65 pessoas. Em 2014, os CVLIs somaram 736, e em 2015, foram 671. Considerando apenas Teresina, a redução de crimes violentos atingiu 19,28%. No interior do Estado, houve um acréscimo de 7,24% nos casos.

Os números revelam um aumento nos boletins de ocorrência de roubos em Teresina. Em 2014, a capital piauiense contabilizou 15.992 casos registrados. No ano passado, o número passou para 17.096, o que significou um acréscimo de 6,9%. O aumento preocupa, mas não assusta a Polícia, porque são essenciais para o planejamento e execução de medidas e ações de prevenção e enfrentamento aos crimes contra o patrimônio em 2016.

Se os BOs de roubos registraram aumento, em medida maior se teve a queda na quantidade de roubo de veículos. Em Teresina, onde está quase metade da frota do Estado, foram registradas 2.221 ocorrências em 2015, contra 2.490 no ano anterior, o que representa uma redução de 10,8%. Como o aumento da frota em 2015 foi



de 5%, há uma inversão ainda maior do número de eventos criminosos envolvendo veículos automotores.

A redução dos roubos foi acompanhada de outro dado positivo: maior recuperação de veículos. Foram recuperadas três em cada quatro motos roubadas. De 2.251 motocicletas roubadas na capital piauiense em 2015, foram recuperadas 1.507, correspondendo a 66,94% de restituição. A recuperação de carros foi de oito em cada dez em Teresina, ou 80,38%.

No sistema prisional, mais estudo e mais trabalho

Em um ano particularmente difícil, os avanços no sistema prisional no Piauí podem ser medidos por esforços recorrentes para ampliar o número de vagas nos estabelecimentos penais, bem como um trabalho continuado para ressocialização de internos pela educação, trabalho e cultura.

O ano de 2015 foi marcado com importantes medidas, como a liberação de R\$ 10 milhões para investimentos na reforma da Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina (Parnaíba), da Casa de Custódia José Ribamar Leite e da Penitenciária Regional Irmão Guido, em Teresina, além da inauguração da Casa de Detenção Provisória de Altos.

Cabe destacar ainda o reajuste de 12,5% nos subsídios dos agentes penitenciários, reajuste do auxílio-refeição em quase 150%, a implantação, pela primeira vez, da taxa de insalubridade, a promoção de agentes e a autorização do governador Wellington Dias para um concurso público para 150 vagas para agente penitenciário.

Foram triplicados o número de médicos no sistema penitenciário e o número de reeducandos estudando. Houve avanços nos serviços de assistência social, psicologia e apoio espiritual.

Foram realizadas obras no exercício de 2015 para melhorar as condições do sistema prisional, com destaque para a Casa de Detenção Provisória de

Altos, unidade de segurança média, referência nacional, a retomada da obra da Casa de Detenção Provisória de Campo Maior, construção da Central de Triagem de Teresina, elaboração do projeto para construção da Cadeia Pública de Altos e a licitação para reformas nas unidades prisionais e da Penitenciária Regional Irmão Guido.

Ainda como reforço na infraestrutura, foi implantado o sistema de câmeras de segurança na Casa de Detenção Provisória de Altos (82 câmeras mais monitores), Penitenciária Masculina e Penitenciária Feminina de Picos (28 câmeras), além da entrega de equipamentos de segurança na Penitenciária Irmão Guido, como *scanner*, raios-X e pórtico. Também receberam equipamentos de segurança, tipo raquetes detectoras de metais e banquetas de inspeção, a Casa de Custódia de Teresina e as penitenciárias de Esperantina, São Raimundo Nonato e de Floriano, possibilitando a intensificação de vistorias nas unidades prisionais. Trabalhando as bases para fortalecer a política de humanização, foram estruturados 12 consultórios odontológicos nas unidades prisionais e triplicado o número de médicos no sistema penitenciário, avançando consideravelmente quanto à qualidade dos serviços de assistência social, psicologia e apoio espiritual à pessoa privada de liberdade, garantindo-se plena atenção aos direitos humanos e o acesso aos direitos constitucionais.

Atualmente no sistema penitenciário do Piauí há cerca de 600 pessoas estudando – o triplo do que havia antes, o que fez crescer também a quantidade de detentos fazendo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2015, quando pela primeira vez foi feita uma revisão geral preparatória para o exame no sistema prisional. Além disso, foram inaugurados módulos de ensino (salas de aula), bibliotecas, e intensificado o projeto Leitura Livre, que estimula a educação e promove campanha de doação de livros para o sistema prisional.

Outra política importante desenvolvida no âmbito da Justiça, em parceria, tem como foco a ressocialização dos apenados com base na



sua reinserção produtiva. Para tanto, foram dados incentivos à entrada de empresas privadas para promover trabalho nas penitenciárias em áreas diversificadas, bem como a realização de cursos profissionalizantes nas unidades prisionais, mediante a parceria com o programa Setre nos municípios, no qual mais de 50 cursos já estão disponibilizados e mais de 110 detentos já se formaram.

Atividades produtivas envolvem 1.300 presos

Atualmente, mais de 1.300 pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário do Piauí desenvolvem atividade produtiva:

- Produção agrícola nas unidades (Colônia Agrícola Major César Oliveira, Penitenciária de Picos, Penitenciária de Bom Jesus).
- Oficina de Marcenaria na Colônia Agrícola Major César Oliveira.
- Oficinas de panificação na Penitenciária Feminina de Teresina e Penitenciária de Bom Jesus.
- Cursos de Construção Civil, Embelezamento e Corte, Costura e Pronatec.
- Horta e cultivo de ervas medicinais na Penitenciária de Bom Jesus.

Outra ação de destaque desenvolvida no âmbito da Secretaria de Justiça foi a “Força Tarefa Defensorial”, para acelerar as análises processuais das pessoas privadas de liberdade, orientando e fazendo encaminhamentos. Trata-se de uma parceria com a Defensoria Pública do Piauí. Em 2015, a força tarefa acelerou mais de 100 processos de internas provisórias e sentenciadas na Penitenciária Feminina de Teresina, bem como atendeu a mais de 400 internos da Penitenciária Irmão Guido.

Principais ações na área de segurança pública

Construção do Complexo de Segurança Pública Delegado Evaldo Dias de Farias, sediado em Parnaíba, para melhorar as condições de trabalho e atendimento à população das cida-

des de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia, Cajueiro da Praia, Buriti dos Lopes, Bom Princípio, Caxingó, Caraúbas, Cocal e Cocal dos Alves – que somam 264.343 habitantes.

Reforma e ampliação da 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Floriano.

Construção da Delegacia de Polícia Civil de Bonfim do Piauí.

Aquisição de equipamentos para implantação de Academias de Treinamento Físico das Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros.

Aquisição de Espectrômetro RAMAN para o Instituto de Criminalística.

Realizadas 23 operações policiais extraordinárias em eventos em Teresina e no interior do Estado.

Principais ações do Corpo de Bombeiros

Investimentos de R\$2.774.964,60 para reequipamento da corporação, incluindo a aquisição de cinco novas viaturas de combate a incêndios – duas para Teresina, uma para Parnaíba, uma para Picos, uma para Floriano; três novas viaturas; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de busca, salvamento e resgate para todo o efetivo operacional; equipamentos de salvamento em altura e aquático para as unidades operacionais de Teresina, Parnaíba, Picos e Floriano.

Operações de combate em alguns municípios que não possuem unidades operacionais: Altos, Beneditinos, Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Cocal, Cocal dos Alves, Esperantina, Joaquim Pires, José de Freitas, Luís Correia, Palmeirais, Piracuruca, São José do Divino e União.

PROJETO REGISTRAR

Implementado em abril de 2015, o projeto “Registrar” já se encontra em sua segunda fase de execução, garantindo cerca de cinco mil documentos a pessoas privadas de liberdade. Dentre os documentos estão Carteira de Trabalho, Título Eleitoral, CPF, RG e cartão SUS, documentação básica e necessária para garantir o acesso a direitos e serviços básicos e indispensáveis, nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O “Registrar” é fruto de parceria entre a Secretaria de Justiça, Vara dos Registros Públicos, Justiça Itinerante, Junta Militar, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) e Instituto de Identificação. Além da Penitenciária Regional Irmão Guido, em Teresina, também foram contemplados com o projeto a Colônia Agrícola Major César Oliveira, o Hospital Penitenciário Valter Alencar e a Casa de Detenção Provisória de Altos.

MULHERES E JUVENTUDE

Empoderar pessoas para acelerar a inclusão social

O Governo do Estado realizou várias ações com foco no combate à violência contra e para assegurar ações que valorizem a mulher. Essas ações se fizeram por meio de atividades de participação ativa da mulher para garantir sua autonomia social e econômica, tornando-a sujeito de direitos para superar as desigualdades de gênero e a ruptura com o ciclo da violência.

Destacamos aqui a Unidade Móvel de Atendimento à Mulher, um ônibus especialmente desenvolvido para o trânsito na área rural, em áreas de difícil acesso, adaptado às mulheres do campo em situação de violência, com serviços de assistência e orientação jurídica, social e psicológica. O ônibus leva a essas mulheres serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e acompanhamento em todas as comunidades rurais, palestras e esclarecimentos sobre a lei Maria da Penha.

A unidade móvel de saúde atendeu 350 mulheres em Miguel Alves (Assentamento Centro do Designo), São Miguel do Tapuio (Comunidade Palmeira de Cima-Assentamento Saco do Juazeiro), Castelo do Piauí (Assentamento Boa Vista) e Sigefredo Pacheco (Assentamento Santo do Campo Verde).

Espaços de formação e discussão

Vários espaços de participação e de formação foram construídos durante 2015, como a realização das Conferências Municipais e Intermunicipais, e a Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, para o fortalecimento da política estadual, e estratégias para que políticas públicas de igualdade sejam efetivadas nos 224 municípios do Estado.



Além disso, o governo realizou a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência pelo Viver Bem, com o envolvimento de organizações de mulheres, sindicatos, associações, federações e parlamentares, na luta pelo fim do racismo, do machismo, da intolerância religiosa e de diversos preconceitos e discriminações. Participaram mulheres dos municípios de Teresina, Amarante, Nazaré do Piauí e Queimada Nova, com aplicação de R\$ 22.866,00.

As conferências municipais e intermunicipais de políticas para mulheres reuniram 1.734 pessoas nos municípios de Cocal de Telha, Barras, Esperantina, Boqueirão, Nossa Senhora de Nazaré, São João do Piauí, São João do Arraial, Parnaíba, Oeiras, Uruçuí, Eliseu Martins, Castelo do Piauí, Valença, São Pedro do Piauí, Bom Jesus, Pedro II, Campo Maior, Teresina, Alto Longá, Miguel Alves, União, Piri-piri e Corrente.

A IV Conferência Estadual de políticas para as Mulheres do Piauí reuniu 300 delegadas escolhidas nas 26 conferências municipais e intermunicipais. O evento foi realizado sob a bandeira “ Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2015, sendo a base para a proposição de programas e projetos das mulheres piauienses a serem levados para conferência nacional marcada para março de 2016.

Em conformidade com a política nacional para as mulheres, em 2015 foi realizada a primeira oficina de trabalho com gestores municipais para fomentar a criação e implementação de 30 Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM, nos municípios piauienses, contemplando os 11 territórios de Desenvolvimento do Estado.

JUVENTUDE

Em 2015, o governo do Estado realizou ações norteadas pelo esforço do envolvimento e pela participação da juventude, no propósito do incentivo ao exercício da cidadania, do protago-

nismo da juventude e de seu empoderamento, com destaque para a realização das conferências territoriais e 3ª Conferência Estadual da Juventude, focadas no controle social das políticas públicas para a juventude e na troca de experiências diversas e com várias expressões. Foram realizadas 11 conferências territoriais e uma Conferência Estadual com a mobilização e participação de 22 mil jovens, com aplicação de R\$ 144.000,00. Uma grande mobilização que proporcionou aos jovens um espaço de discussão, e proposição para pactuar instrumentos de monitoramento entre as redes de organizações voltadas para a juventude, com foco no controle social.

Nessa concepção de garantia de direitos e cidadania, outra ação de destaque foi a realização, nos 11 Territórios de Desenvolvimento, dos fóruns de gestores, que promoveram espaços para discussão e compartilhamento de experiências de políticas públicas de juventude, criando um fórum permanente de gestores em juventude, bem como a rearticulação do Conselho Estadual de Direito da Juventude (CEDJUV-PI), com a realização de assembleia e eleição dos integrantes, para acompanhar e fiscalizar as ações de políticas públicas para a juventude no Piauí.

O PRONATE/FIC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego/Formação Inicial e Continuada, com cursos de formação técnica inicial e continuada, teve início com grandes avanços, oferecendo educação profissional a estudantes trabalhadores, pessoas com deficiência e beneficiários de programas federais de transferência de renda, constituindo-se em um instrumento de desenvolvimento profissional, inclusão e promoção da cidadania. O Programa atendeu, no Piauí, 3 mil jovens.

Foram também realizados projetos como o Juventude Rural, Saberes e Cidadania, Férias na Potycabana, Diálogos com a Juventude, Rede de Casas de Juventude, palestras nas escolas e gincanas solidárias.

HABITAÇÃO

Política estadual de habitação será fortalecida em 2016

Os investimentos em habitação no Piauí, em 2015, somaram mais de R\$ 46 milhões. Traduzindo valores financeiros em dados sociais, teremos pelo menos 7,4 mil pessoas morando com mais dignidade, em 861 na capital e 1.006 em 27 municípios do interior do Estado, totalizando 1.867 unidades habitacionais.

Em Teresina, foram concluídos os residenciais Jacinta Andrade, Nova Teresina e Paulo de Tarso. No interior, foram retomadas e concluídas obras habitacionais em 55 municípios, através do Programa Minha Casa Minha Vida, para cidades com menos de 50 mil habitantes.

Seguir ampliando o alcance da política habitacional do Governo é uma meta para 2016, quando se iniciará a implementação do Habitar Servidor, primeiro programa habitacional voltado para o servidor público estadual, instituído por lei estadual, aprovada pelos deputados e sancionada pelo governador.

Dentro dos esforços do Governo Federal para ampliar a oferta de casas para os brasileiros, no Piauí, devem ser construídas, em 2016, mais 1.000 unidades habitacionais financiadas com recursos do Ministério das Cidades, que prevê a construção de 35 mil casas para serem entregues pelo programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). As 1.000 casas a serem destinadas ao Piauí deverão contemplar famílias ainda não favorecidas em empreendimentos com o Jacinta Andrade, e também para as famílias que moram na região da Ferrovia Transnordestina.

Outra mudança realizada pela Agência de Desenvolvimento Habitacional no ano de 2015 foi em relação ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que se encontrava parado e já foi retomado. Por meio do PNHR, foi iniciada, ano passado, a construção de 100 moradias nos municípios de Geminiano e Aroazes.



Teresina	Quantidade
Residencial Jacinta Andrade	504
Residencial Paulo de Tarso	357

Fonte: Agência de Desenvolvimento da Habitação - ADH.



Obras habitacionais concluídas em 2015

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASAS	VALOR DA OBRA
Paquetá	33	825.000,00
Francisco Santos	40	1.000.000,00
São José do Piauí	32	800.000,00
Wall Ferraz	39	975.000,00
Bela Vista do Piauí	40	1.000.000,00
Belém do Piauí	40	1.000.000,00
Buriti dos Montes	40	1.000.000,00
Brejo do Piauí	36	900.000,00
Nossa Senhora dos Remédios	36	900.000,00
Juazeiro do Piauí	40	1.000.000,00
Aroeira do Itaim	23	575.000,00
Caridade do Piauí	37	925.000,00
Jatobá do Piauí	33	825.000,00
Itainópolis	40	1.000.000,00
Guaribas	38	950.000,00
Madeiro do Piauí	26	650.000,00
Caldeirão Grande do Piauí	40	1.000.000,00
Caxingó	40	1.000.000,00
Flores do Piauí	38	950.000,00
São Miguel do Fidalgo	40	1.000.000,00
Passagem Franca do Piauí	40	1.000.000,00
Queimada Nova	40	1.000.000,00
Pedro Laurentino	39	975.000,00
Aroazes	40	1.000.000,00
Nossa Senhora do Nazaré	40	1.000.000,00
Campo Grande do Piauí	40	1.000.000,00
Boa Hora do Piauí	36	900.000,00
Total	1006	25.150.000,00

Fonte: Agência de Desenvolvimento da Habitação - ADH.

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO COM
EQUIDADE SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE**



DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Energias Limpas e PPPs impulsionam a economia piauiense

A inauguração do Complexo Eólico Chapada do Piauí I, em janeiro de 2016, o início das Parcerias Público-Privadas e um crescente interesse de empreendedores para instalar novos negócios no Piauí têm deixado evidente que o Estado se destaca na prospecção de investimentos.

O Complexo Eólico Chapada do Piauí I, no município de Marcolândia (420 quilômetros ao Sul de Teresina), pertencente à empresa Contour Global, é o primeiro de uma série de investimentos na geração de energia eólica naquela região. Lá devem ser feitos os parques eólicos Chapada do Piauí II e III, nos municípios de Marcolândia, Simões, Padre Marcos e Caldeirão Grande.

Outro *player* na geração de energia eólica, o grupo Votorantim, tem planos para investir R\$ 3,3 bilhões no projeto Ventos do Piauí, nos municípios de Curral Novo, Betânia e Paulistana.

A Atlantic Energias Renováveis S/A propõe-se a produzir energia eólica em Queimada Nova e Lagoa do Barro, com previsão de começar a geração em 2018.

A empresa italiana Enel Green Power, referência na produção de energias renováveis, pretende investir R\$ 1,2 bilhão no Estado, e deve iniciar suas atividades em março de 2016, nas regiões de São João do Piauí e Brejo do Piauí.

Outra empresa, a alemã Meyer Burger, se dispõe a investir cerca de R\$ 400 milhões na região de Paulistana, com a instalação de uma fábrica de placas fotovoltaicas para produção de energia solar no município.

A busca de investimentos para o Piauí na área das energias renováveis, com foco na geração eólica e solar, foi um dos propósitos da viagem do



governador Wellington Dias à Europa. Foram iniciadas as tratativas para que as empresas Heckert Solar e Power Value AG (Alemanha) implantem projetos de produção de energia solar em Parnaíba, no perímetro irrigado dos Tabuleiros Litorâneos, e o outro nos Platôs de Guadalupe.

Parceria Público-Privada

As Parcerias Público-Privadas (PPP) já são uma realidade no Estado, com a assinatura do contrato de concessão para gestão, administração e operação dos terminais rodoviários de Teresina, Picos e Floriano. A empresa Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico (Sinart) foi vencedora do processo licitatório para concessão do serviço e vai investir R\$ 6 milhões em obras estruturais e emergenciais.

As melhorias no espaço físico das rodoviárias já estão sendo realizadas. Depois de dois anos de intervenção, a empresa começará a pagar uma outorga ao Estado, de acordo com o percentual de receita do faturamento dos terminais rodoviários.

O banco de investimento chinês, Haitong Bank, demonstrou interesse em investir no Piauí em novos aeroportos, VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e em energias renováveis.

Mineração

Considerando o potencial mineral do Piauí, o Governo do Estado fez, em 2015, o Cadastro de Usuários de Recursos Minerais e implantou o Banco de Dados do Setor Mineral, para subsidiar o trabalho da Secretaria de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis (SEMINPER), para a atração de investimentos e o monitoramento dos recursos. Também foi elaborado projeto de lei regulamentando o poder de polícia da SEMINPER sobre a exploração de recursos minerais do Piauí, prevendo ainda a implantação da taxa de fiscalização e a implantação do cadastro estadual de recursos minerários.

O reforço institucional da SEMINPER dá-se em face da diversidade da riqueza mineral piauiense, chama a atenção, uma vez que não há apenas um minério específico em destaque, mas vários tipos como ferro, diamantes, fósforo, níquel, mármore, calcário, argila, opala e outros, que têm despertado interesses de investidores. Na região de São Raimundo Nonato, a SRN Mineração tem recursos potenciais da ordem de 1 bilhão de toneladas de minério.

A empresa BEMISA já atua na região de Paulistana com um projeto que tem mais de 1 bilhão de toneladas de minério de ferro e espera apenas a conclusão da Transnordestina para iniciar suas operações.

As empresas exploradoras investem em tecnologia para a extração do minério sem a utilização de água, o que contribui para a preservação dos recursos hídricos.

Energia Eólica

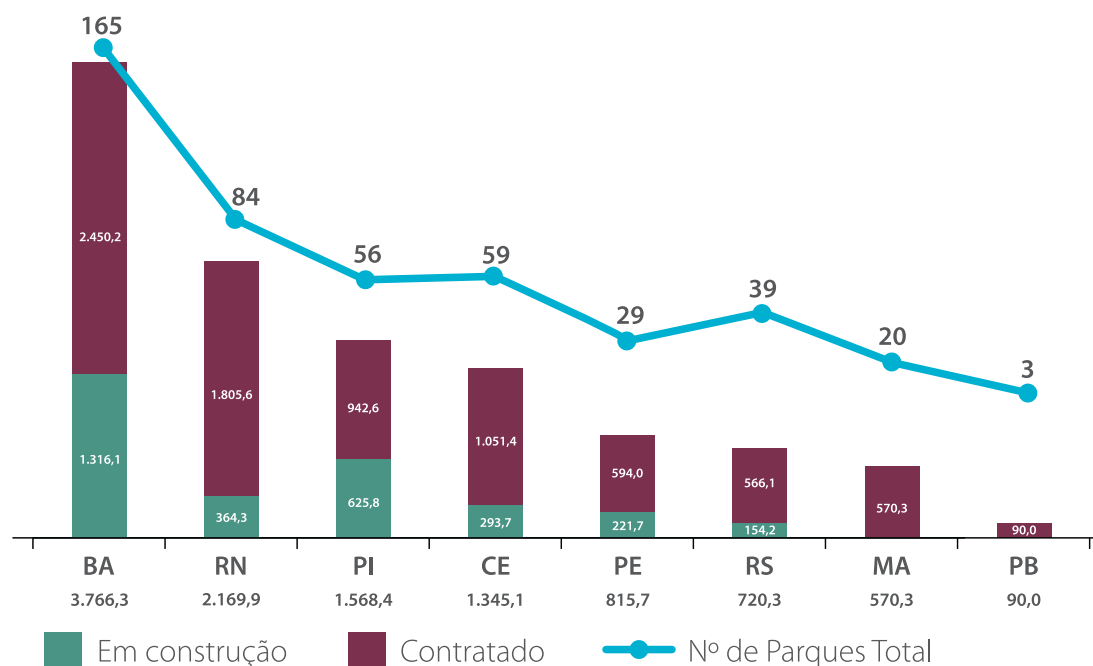
Na área de produção de energia limpa, foi elaborado o Atlas Eólico e Solar do Estado, para promover e divulgar as potencialidades energéticas do Piauí, de modo a atrair projetos de geração de energia eólica e fotovoltaica – solar.

A ampliação dos parques eólicos, na região da Chapada do Araripe, deve duplicar a extensão do parque, aumentando consideravelmente a produção de energia no Estado, saindo dos 700 megawatts produzidos atualmente para 3.000 megawatts. Os investimentos no complexo alcançam os R\$ 6 bilhões.

A instalação de complexos eólicos promove o fortalecimento da economia local, com a geração de empregos direto e indireto, geração de renda aos proprietários de terra que recebem as torres de geração de energia, o comércio se desenvolve, empresas voltadas para a produção de equipamentos de geração de energia eólica e assistência técnica também se instalam na região.

O Piauí é o quarto maior produtor brasileiro de energia eólica, de acordo com dados da ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eó-

Capacidade em Construção (MW)



Fonte: Associação Brasileira de Energia Eólica

EMPREENDIMENTOS / ENERGIA EÓLICA

Pedra do Sal | Tractebel Energia / GDF Sues | 18 MW | Fevereiro, 2009.

Delta 1 | Omega Energia | 70 MW | Julho, 2014.

Chapada do Piauí I | Contour Global/Chesf | 205 MW | Julho, 2015.

Ventos do Araripe I | Casa dos Ventos | 210 MW | Outubro, 2015.

Chapada do Piauí II | Contour Global/Chesf | 173 MW | Janeiro, 2016.

Caldeirão I | Queiroz Galvão | 208 MW | Janeiro, 2016.

Caldeirão II | Queiroz Galvão | 208 MW | Janeiro, 2017.

Ventos do Araripe III | Casa dos Ventos | 360 MW | Abril, 2017.

Ventos de São Vicente | VotoranMm | 206 MW | Setembro, 2018.

Aura Lagoa do Barro e Aura Queimada Nova | AtlanMc | 195 MW | 2019.

Fonte: Governo do Estado do Piauí - SURPI - Cenários, Desafios e Oportunidades

Projeto	Localização	Investimento (R\$)	Empregos
Energia Eólica	Parnaíba	800 milhões	450
	Caldeirão Grande, Curral Novo do Piauí, Marcolândia, Simões	6 bilhões	4.000 (na execução)
Energia Solar	São João do Piauí	800 milhões	1.000
Mineração (ferro)	Paulistana / Curral Novo	4,5 bilhões	5.000

Fonte: Governo do Estado/SURPI – Cenários, Desafios e Oportunidades.

lica, com 1.660 megawatts instalados, em construção ou contratados para futura instalação de parques eólicos, atualmente é o terceiro colocado na capacidade instalada em construção. *Ver gráfico na página anterior.*

GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO NO PIAUÍ

Energia Solar

Outro campo de investimento em energia limpa é o da geração fotovoltaica (solar), que já tem dois grandes projetos em andamento no Estado do Piauí.

Unidade Fotovoltaica Nova Olinda, em Ribeira do Piauí, investimento da Enel Green Power e Alba Energia, para geração de 210 MW (megawatts).

Unidade Fotovoltaica Sertão I e Unidade Fotovoltaica Sobral I, em São João do Piauí, investimento da Gransolar, para geração de 60 MW (megawatts).

O Piauí conta com mais de 80 empreendimentos habilitados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com potencial de produção de mais de 1.440 MW (megawatts) em energia fotovoltaica.

Arranjos Produtivos Locais

A interiorização da política empresarial no Estado está acontecendo com a ampliação da política de fomento aos arranjos produtivos locais, a partir da valorização de associações e cooperativas.

O Governo vem estimulando a produção, a articulação, a interação e o aprendizado de diversas comunidades nos territórios do Estado, de acordo com a vocação de cada região, e já beneficiou mais de 1.300 famílias, ou mais de cinco mil pessoas.

Foram lançados dois editais em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contemplando as áreas da cajucultura, piscicultura e ovinocaprino cultura, beneficiando 46 associações, sendo 19 com projetos em execução e 27 projetos em fase de implantação, com recursos envolvidos na ordem de R\$ 5 milhões.

Unidade Fotovoltaica Buriti | Dom Expedito Lopes | FotowaMo | 30MW

Unidade Fotovoltaica Picos | Picos | FotowaMo | 30MW

Unidade Fotovoltaica Paineira | Gilbués | Renobrax | 480 MW

Unidade Fotovoltaica Chateau Fort | São João do Piauí | Renobrax / Vensolbras | 270 MW

Unidade Fotovoltaica Etesa | São João do Piauí | Celeo Redes | 180 MW

Unidade Fotovoltaica Palmeira | Nova Santa Rita | FF Comércio e Serviço | 60 MW

Unidade Fotovoltaica Santa Edwirges | Brite | 30 MW

Unidade Fotovoltaica Santa Fátima | Bartolomeu | 30 MW

Unidade Fotovoltaica São João do Piauí | Renobrax | 120 MW

Unidade Fotovoltaica Sertão II / U. F. Sobral II | 60 MW

Unidade Fotovoltaica Pérola | Aurora Energia | 240 MW

Unidade Fotovoltaica Santa Verônica | Notus | 30 MW

Unidade Fotovoltaica São Gonçalo | Alba Energia | 240 MW

Unidade Fotovoltaica VEA | Brasileira / São João da Fronteira | 270 MW

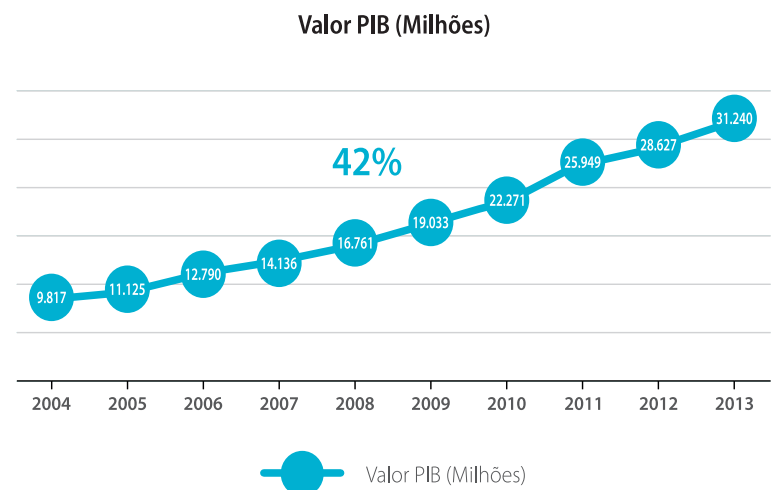


DESENVOLVIMENTO RURAL

Economia agropecuária valorizada em todo Piauí

Nos últimos 13 anos, apesar das adversidades climáticas cíclicas, o Nordeste brasileiro tem experimentado um ciclo virtuoso de crescimento econômico, com desempenho acima da média nacional, impulsionado pelo incremento da renda, do crédito, do emprego e pela atração de importantes investimentos.

Nesse cenário de dinamização econômica, o Piauí cresceu 42% na última década, mostrando pujança e menor vulnerabilidade em relação aos impactos decorrentes da instabilidade da economia mundial, agravada a partir de 2008. Nos últimos cinco anos, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado cresceu 26,2% acima da média brasileira, tendo inclusive, em alguns anos, superado a média da região, conforme se pode ver no quadro abaixo.



Fonte: IBGE - Elaboração Fundação CEPRO

A economia do Piauí segue crescendo. No entanto, verificou-se uma desaceleração, conforme mostra o quadro abaixo, referente ao período de 2011 a 2013.

Esta desaceleração foi provocada pela retração da atividade agropecuária, cuja participação na formação do PIB saiu de 7,86% em 2012 para 6,38% em 2013, devido, principalmente, às condições climáticas adversas que afetaram sobremaneira a produção agrícola de base familiar, embora no período tenha ocorrido crescimento na produção de grãos no Sudoeste do Estado (Cerrado), notadamente com a soja, principal item da produção primária e da balança comercial do Estado.

Levantamentos da produção de 2015 divulgados pelo IBGE e analisados pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro), mostram a reversão da queda no desempenho do setor agropecuário e apontam uma previsão de crescimento da produção agrícola de 18,68% em relação a 2014, com destaque para a expansão das culturas de feijão (39,48%), soja (20,97%) e milho (19,94%). *Ver quadro na página 53.*

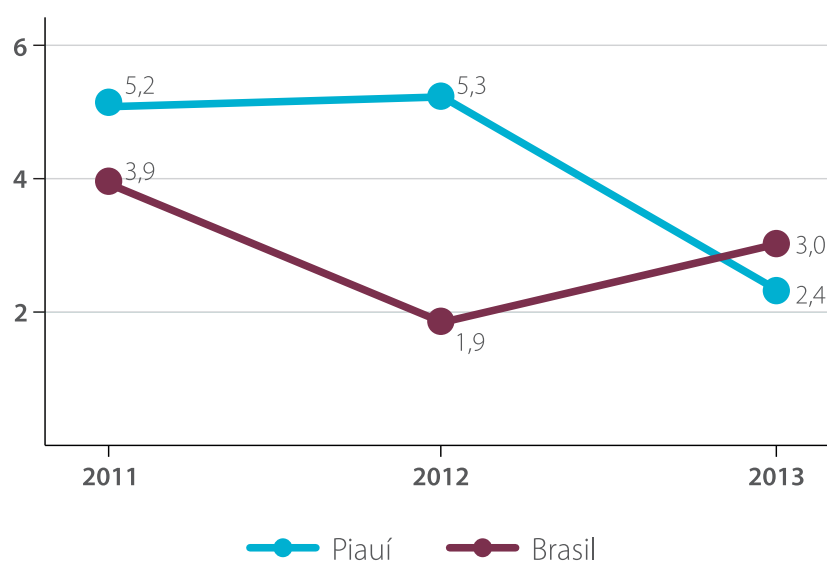
Consolidar essa reversão e aumentar a participação qualificada da agropecuária na estrutura

produtiva do Estado, com produção e distribuição de riquezas para os piauienses, é compromisso do atual Governo, que se traduz nas diretrizes estabelecidas para o setor no PPA 2016-2019, bem como nos esforços empreendidos no alinhamento das ações previstas para 2015 com estas diretrizes.

O planejamento estratégico para os próximos quatro anos foi construído por meio de um rico processo de discussão e definição de prioridades e contou com a participação das instituições operadoras das políticas de desenvolvimento rural no Estado, parceiros estratégicos em nível federal, estadual e municipal, representações da agricultura familiar e do agronegócio, além dos beneficiários diretos dessas políticas – os povos do campo.

Ressalte-se que, pela primeira vez, no histórico de construção do PPA no Estado, as instituições operadoras dessas políticas realizaram o planejamento de forma integrada, com o intuito de minimizar sobreposições e potencializar os esforços empreendidos, visando incentivar a integração entre o agronegócio e a agricultura familiar, de modo a fortalecer os arranjos produtivos locais e criar sinergias produtivas nos diversos biomas do Estado.

Valor PIB (Milhões)



Fonte: Fundação CEPRO. Piauí em números - 2013

Agricultura Familiar

As ações estratégicas traçadas com o propósito de promover, nos próximos quatro anos, o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar, balizaram o alinhamento das ações realizadas em 2015, com destaque para:

Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

É missão da assistência técnica e extensão rural estabelecida pela política nacional de ATER, “participar na promoção e animação de processos

capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”.

Com essa perspectiva, o Governo do Estado tem prestado serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares piauienses, visando aprimorar as práticas e tecnologias de convivência com o semiárido, aumentar a adesão ao Programa Garantia Safra, qualificar o acesso ao Pronaf e aos projetos produtivos do Progra-

Produção agrícola consolidada em 2014 e estimada em 2015 (t)

Produtos	Realizada 2014	Estimada 2015	Variação %
Cereais e Leguminosas			
Fava	616	1.037	68,34
Arroz	144.309	112.364	-22,14
Feijão	55.261	77.081	39,48
Milho	1.036.672	1.243.345	19,94
Total de Cereais e Leguminosas	1.236.858	1.433.827	15,92
Soja	1.488.646	1.800.763	20,97
Algodão	30.113	35.249	17,06
Mamona	93	659	608,60
Total de Oleaginosas	1.518.852	1.836.671	20,92
Total de Grãos	2.755.710	3.270.498	18,68

Fonte: IBGE / Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

Nota: *Inclusos 1ª e 2ª safras do ano. Algodão (quantidade referente ao caroço de algodão que representa 67% do peso do algodão em caroço ou rama).

ma Brasil sem Miséria, incentivar a inserção nos mercados institucionais e convencionais e a adoção de práticas agroecológicas, apoiar nas ações de fomento para a dinamização e diversificação produtiva da agricultura familiar. São ações que devem favorecer a organização dos agricultores familiares para a produção e comercialização em bases sustentáveis nos aspectos econômicos e socioambientais, considerando, ainda, as dimensões de gênero e geração.

Merece destaque os 136.317 agricultores familiares assistidos para acesso ao Garantia Safra, os 1.132 agricultores familiares assessorados na elaboração de projetos de investimento/ custeio em 23 municípios piauienses. Esse atendimento estendeu-se às mulheres agricultoras familiares em situação de extrema pobreza no Território de Desenvolvimento Carnaubais, assessoradas para acesso ao fomento de projetos produtivos, nas áreas agrícola, pecuária, extrativista, artesanal e outros no âmbito do Programa Brasil sem Miséria.

Em 2015, o Governo do Estado participou ativamente da realização de conferências nos 11 Territórios de Desenvolvimento, junto com os demais parceiros estratégicos da Agricultura Familiar e representantes dos beneficiários diretos dessa política pública, objetivando avaliar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) prestada. Também buscou-se avançar na formulação compartilhada de propostas, visando a melhoria desses serviços, desde os aspectos de estrutura e gestão, da eficácia dos serviços prestados em níveis federal e estadual, da articulação com os programas voltados para a Agricultura Familiar até a formação dos técnicos.

Estas atividades integram a agenda nacional de qualificação e universalização desses serviços que são de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento e consolidação da Agricultura Familiar, cuja culminância ocorrerá na realização, no primeiro semestre de 2016, da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª CONATER), pautada pelo tema: "Ater, agroecologia e alimentos saudáveis".

Destaque-se, ainda, o compromisso assumido

pelo Governo do Estado junto ao Fórum de Secretários de Agricultura do Nordeste, de construir, no processo de preparação da conferência nacional, as bases para a criação da Rede Estadual de ATER.

Segurança hídrica às populações do meio rural piauiense para o consumo humano, animal e para a produção

Foi retomado, em 2015, o Programa Água para Todos, através do qual foram instaladas nos municípios piauienses de Cajueiro da Praia, Cocal de Telha e Caxingó, 270 cisternas de polietileno, com capacidade de captação de 16 mil litros d'água de chuva, no valor de R\$ 5 mil cada, resultando em investimento de R\$ 1,350 milhão.

Também em parceria com o Governo Federal, no âmbito do Programa Água Doce (PAD), foi possível aplicar R\$ 923.548,47 no diagnóstico socioambiental e técnico sobre os sistemas de abastecimento de água e teste de vazão de poços tubulares em comunidades rurais nos municípios de Campo Alegre do Fidalgo, Curral Novo, Acauã, Pedro Laurentino, Betânia do Piauí, no Semiárido piauiense, beneficiando 3.840 famílias (cerca de 15 mil pessoas), bem como na construção de três sistemas de dessalinização, beneficiando 90 famílias (cerca de 360 pessoas) no município de Betânia do Piauí.

Viva o Semiárido

O esforço do Governo do Estado em conjunto com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), para reduzir a pobreza, aumentar a produção e melhorar o padrão de vida de populações com maior nível de carência social e econômica no meio rural do Semiárido, através do incremento das atividades produtivas predominantes, da geração de renda e do fortalecimento organizacional das famílias rurais gerou o Programa Viva o Semiárido (PVSA).

As principais ações do PVSA na área de desenvolvimento produtivo estão focadas na organização de associações e beneficiários, assistência técnica e financiamento de investimentos produtivos (Plano de Negócio – PN). Já na área de desenvolvimento social e humano, estão voltadas para a educação contextualizada no Semi-árido, educação técnica e vocacional de jovens rurais e comunicação e divulgação.

Em 2015, foram realizadas capacitações em 46 municípios, com a participação de 1.380 representantes de associações comunitárias, sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais, com a perspectiva de alcançar em torno de 11 mil famílias por meio de suas associações comunitárias ou cooperativas. Inicialmente em ações de mobilização e apresentação do programa, preparatórias para as etapas seguintes a serem implementadas em 2016, tais como a definição de prioridades de investimentos, a apresentação de propostas coletivas de fortalecimento produtivo e organizacional, a execução dos projetos financiados e o acompanhamento das ações e dos resultados.

Os primeiros projetos produtivos apresentados no final de 2015 deram início ao processo de execução das iniciativas de investimentos na ordem de R\$ 120 milhões, cuja meta até 2016 é atingir 22 mil agricultores familiares em 89 municípios piauienses dos Territórios de Desenvolvimento Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Rio Canindé e Serra da Capivara.

Garantia Safra

O Garantia Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para a qual contribuem o agricultor, o Município, o Estado e União, e tem como objetivo proteger o agricultor familiar em casos de perdas da produção de, pelo menos, 50%, causadas por estiagem ou excesso de chuvas.

O Garantia Safra em 2015 contou com a adesão, no Piauí, de 136.317 famílias agricultoras em 216

municípios, para os quais o Governo do Estado aportou no Fundo do Programa, o montante de R\$ 12.166.292,25.

Do total de 216 municípios, 182 solicitaram vistoria para verificação de perdas e, desses, 125 obtiveram o reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Embora seja um dado parcial, significa, que neste ano, 100.148 famílias agricultoras já obtiveram o direito de receber esse benefício para garantia de condições mínimas de suas sobrevivências, no valor total correspondente aos benefícios de R\$ 85.125.800,00.

Dinamização e Diversificação Produtiva

Para reduzir os riscos inerentes da atividade agrícola, especialmente nas condições de solo e clima (edafoclimáticas) do meio rural piauiense, no contexto do modo de produção familiar, o Governo do Estado intensificou a articulação de um conjunto de políticas públicas e a implementação de ações de fomento com o intuito de dinamizar e diversificar a atividade e contribuir para o desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis.

Nesse sentido, 44.050 famílias foram beneficiadas em todo o Estado com a distribuição de 97.020 quilos de sementes de milho e 194.060 quilos de feijão, com investimento no valor total de R\$ 1.555.384,60.

Com a finalidade de fortalecer a pesca e a aquicultura no Estado, foram aplicados R\$ 426,900,00 para fomentar a produção de 583.900 alevinos, a doação de 458.900 alevinos para o peixamento de barragens, a doação de insumos para a pesca e aquicultura, além de subsídio para a aquisição de 133.000 alevinos. Essa ação beneficiou 291 famílias em 52 municípios piauienses. Encontram-se em fase de elaboração, o diagnóstico e o zoneamento das áreas a serem trabalhadas para a estruturação da cadeia produtiva da piscicultura no Estado.

Com o propósito de dotar o Estado de instrumentos que permitam maior agregação de valor aos produtos agrícolas, foi celebrado termo de cooperação técnica com o Ministério da Integração Nacional visando garantir o apoio necessário para a elaboração do Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Estado do Piauí. O plano possibilitará o desenvolvimento de áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada, em bases sustentáveis. Com objetivo de reduzir o custo de produção, o Governo do Estado manteve o projeto de subsídios de energia, com foco nas atividades irrigadas e aquicultura. Nesse sentido, foi aplicado, em 2015, o montante de R\$ 11.000.000,00 em subsídios de energia, beneficiando 4.000 agricultores familiares.

A reorganização das Câmaras Setoriais tem merecido atenção especial do atual Governo, na medida em que materializa o compromisso da descentralização dessas instâncias de concertação em sintonia com a política de territorialização do Estado. As Câmaras Setoriais do Leite e Derivados, da Cajucultura, Apicultura, Agronegócio, Piscicultura e Aquicultura estão vivenciando processo de estruturação e organização, no sentido de garantir a participação dos segmentos produtivos no planejamento e no desenvolvimento do setor.

Potencialização dos Mercados Institucionais e Convencionais

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conhecido no Estado como Compra Direta, é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e executada pelo Governo do Estado. Por meio dele, alimentos produzidos pelos agricultores familiares são comprados diretamente pela administração estadual e repassados para instituições sociais e assistenciais, que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar, nutricional e de vulnerabilidade social.

O PAA contribui com a política de segurança alimentar, garantindo comida a famílias carentes

e oportunidades de ampliação de renda para os agricultores familiares, possibilitando inclusão econômica e social. Os agricultores de base familiar plantam e colhem e o Governo compra e repassa para quem mais precisa.

No âmbito da comercialização convencional, 2.000 agricultores familiares tiveram apoio logístico no valor de R\$ 150.000,00 para a promoção de feiras de produtos da Agricultura Familiar nos Territórios de Desenvolvimento.

Com relação aos arranjos produtivos consolidados no Estado, com forte participação nos mercados convencionais, merecem referência a apicultura e a ovinocaprinocultura.

A apicultura ganha cada vez mais importância em razão do elevado valor agregado conferido pelo processo de produção do mel, com destaque para a organização dos produtores, que reduz sobremaneira a ação de atravessadores, resultando em benefícios diretos para os agricultores, notadamente de base familiar. O mel é o quarto produto da pauta de exportações do Piauí. Segundo o IBGE, em 2014, o Estado produziu 3.250 toneladas, das quais 90% da produção foi destinada para a exportação. A expectativa para 2015 era uma produção de 3.800 toneladas de mel.

A ovinocaprinocultura piauiense mantém destaque em nível nacional pela quantidade do efetivo de rebanho e pela alta qualidade genética. É o segundo maior produtor de caprinos, com um efetivo de 1,2 milhão de cabeças e o quinto maior produtor de ovinos (terceiro do Nordeste), com 1,2 milhão de cabeças.

PAA - IMPACTO NA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Em 2015, com o aporte de R\$ 18.000.000,00, cerca de 5.000 toneladas de alimentos produzidos por 5.553 agricultores familiares em 127 municípios dos 11 territórios do Piauí, foram comprados e distribuídos para 585 instituições socioassistenciais. Graças ao programa, mais de 30 mil pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar tiveram acesso direto a uma alimentação saudável e nutritiva.

Crédito Fundiário

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é um programa do Governo Federal cuja operacionalização é de responsabilidade do Governo do Estado. Tem como objetivo oferecer condições para que os trabalhadores rurais com pouca e nenhuma terra possam financiar a compra de um imóvel rural. Além da terra, o programa custeia a construção da casa, o preparo do solo, a compra de implementos, bem como o acompanhamento técnico e o que mais for necessário para melhoria social e econômica da vida do agricultor familiar. O Piauí é o segundo Estado do Brasil com contratos de crédito fundiário, o que garante estrutura de produção para 678 unidades produtivas familiares (assentamentos) em 189 municípios, beneficiando 19 mil famílias.

Em 2015, por meio do PNCF, o Governo do Estado atendeu a 110 famílias, com a aquisição de 3.299 hectares de terra, distribuídos em 25 projetos de assentamentos, sendo aplicados cerca de R\$ 5,4 milhões, em infraestrutura básica, como casas, energia elétrica, água, projetos produtivos e aquisição da terra.

Em 2015, o Governo do Estado avançou nas negociações para retomar a celebração de convênio com o Governo Federal, com a finalidade de obter novamente custeio do Crédito Fundiário. Com a retomada dessa parceria poderão ser viabilizados para 2016 cerca de R\$ 5,3 milhões, dos quais R\$ 1,2 milhão serão contrapartida do Governo do Estado. Ressalte-se que já foi celebrado contrato de repasse junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1,5 milhão.

Regularização Fundiária

A aprovação da Lei Nº 6.709/2015, denominada Piauí Terra Legal, dotou o Estado do marco legal necessário para a agilização da regularização de todas as terras públicas estaduais, conferindo a segurança jurídica, justiça social e sustentabilidade imprescindíveis para a promoção do pleno desenvolvimento agrário.

Com esse instrumento, poderão ser objeto de regularização fundiária, 2,6 milhões de hectares das terras em produção ou em processo de abertura para produção, localizadas no Sul do Estado,

Assentamentos inaugurados em 2015

Município	Número da UPF	Número de famílias	Valor SAT	Valor SIC	Total
Morro do Chapéu	Barroca	12	42.815,19	202.443,89	245.259,08
Milton Brandão	Acerro de Fogo	15	30.396,91	405.000,00	435.396,91
Juazeiro do Piauí	Diligência	9	46.688,53	153.120,38	199.808,91
Campo Maior	Dengoso	10	94.390,50	261.154,26	355.544,76
Avelino Lopes	Baixa Verde	12	53.213,32	324.000,00	377.213,32
São João do Piauí	Rocha Eterna	40	162.058,72	1.080.000,00	1.242.058,72
Campo Maior	Santo Izídio	12	75.605,44	171.538,23	247.143,67
Lagoa do Sítio	Barreiros	12	47.315,87	324.000,00	371.315,87
Campo Maior	Caldeirão	20	133.999,95	540.000,00	673.999,95
Ribeiro Gonçalves	São Bento	25	235.116,49	675.000,00	910.116,49
Total		167	921.600,92	4.136.256,76	5.057.857,68

Fonte: SDR - 2015

com predominância na região do Cerrado. Possibilitará também a regularização de 4,6 milhões de hectares de terras sem ocupação, sendo 1,6 milhão de hectares no Cerrado (baixões e serras), 2,1 milhões de hectares no Semiárido e 900 mil hectares na Região Norte.

O contrato de compra e venda de 2.085 hectares no município de Currais foi o primeiro contrato de regularização fundiária do Piauí celebrado com base na nova lei.

Destacam-se as seguintes ações de regularização fundiária no Piauí em 2015:

1. Levantamento georreferenciado de 280 hectares do imóvel Croatá em Altos, para desapropriação de área para fins social, beneficiando 25 famílias. O investimento foi de R\$ 470.000,00.

2. Levantamento georreferenciado do imóvel Fazenda Bom Fim em Uruçuí, com 4.780,0 hectares, prevendo-se a desapropriação de 350 hectares destinados à implantação de planta industrial para processamento de frango em cortes especiais, que deve gerar 2.000 postos de trabalhos diretos e indiretos. O investimento foi de R\$ 650.000,00.

3. Atualização cadastral de famílias no imóvel estadual Cajunorte, município de Canto do Buriti, para que se conclua o processo de devolução do imóvel pertencente à empresa Brasil Ecodiesel/Enguia para o Estado do Piauí, objetivando a Regularização Fundiária com titulação definitiva de agricultores familiares. Serão beneficiadas 649 famílias, com investimento de R\$ 116.000,00.

4. Continuidade das ações de Regularização Fundiária em três Vilas Urbanas no Município de Teresina, bairro Real Copagre, para regularização fundiária com titulação definitiva para ocupantes de lotes urbanos – município de Teresina, beneficiando 339 famílias, com investimento de R\$ 100.000,00.

5. Parceria Público-Privada com empresa de geração de energia eólica Casa dos Ventos, com objetivo de regularização fundiária de posses na

área objeto de intervenção da empresa Casa dos Ventos, atendendo 46 famílias em Dom Inocêncio, Queimada Nova, Lagoa do Barro do Piauí, Acauã, Simões, Fronteiras, Betânia e Paulistana.

6. Levantamento georreferenciado de 580 hectares do imóvel Tranqueira, em União, para regularização fundiária, com titulação definitiva de agricultores familiares, beneficiando 96 pessoas.

7. Atualização cadastral de famílias no imóvel estadual Guandu, município de Teresina, para regularização fundiária com titulação definitiva de agricultores familiares, beneficiando 50 pessoas.

8. Continuidade dos trabalhos de georreferenciamento de imóveis rurais nos municípios de Colônia do Piauí e Santo Inácio do Piaupim, por meio do Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA, beneficiando cerca de 650 agricultores familiares.

9. Entrega de Títulos Definitivos de Domínio de Doação para 86 pequenos agricultores em Jardim do Mulato, São José do Peixe e União (Títulos remanescentes de governos anteriores).

10. Levantamento georreferenciado de 740 hectares do imóvel Descoberta, em União, para regularização fundiária, com titulação definitiva de agricultores familiares, beneficiando 35 pessoas.

Agronegócio

A mudança estrutural de maior relevância na economia piauiense nos últimos anos tem se dado face à ocupação de terras nos Cerrados para a produção de grãos, que resultou no aumento de divisas e na geração de emprego e renda, notadamente nos municípios do Sudoeste do Piauí, como Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais, Santa Filomena, Ribeiro Gonçalves, Sebastião Leal, Palmeira do Piauí, Gilbués e Uruçuí.

A soja é o carro-chefe dessa nova dinâmica ao assumir liderança na balança comercial do Es-

Evolução da produção de soja no período 2005/2014

	2005	2007	2009	2011	2013	2014	Crescimento 2005/2014
Área plantada (ha)	198.547	219.860	277.272	383.618	551.561	626.799	316%
Colheita	559.545	484.940	780.580	1.144.033	920.950	1.488.646	266%
Valor da produção (Mil reais)	263.416	198.520	536.754	804.604	775.148	1.430.915	543%

Fonte: IBGE – PAM 2014.

tado, consolidando a vocação do agronegócio piauiense para a exportação, com um índice de crescimento na última década de 316% da área plantada, 266% da quantidade produzida e 543% do valor da produção.

Acompanhando a mesma tendência da soja, tem-se verificado o crescimento da produção do milho e do algodão herbáceo. A expansão da soja e o limiar de novas culturas favorecem o surgimento de agroindústrias na região dos Cerrados piauienses, que integra a nova fronteira agrícola do país, estimulando também negócios que surgem subsidiariamente às atividades agropecuárias.

As estimativas apresentadas pelo IBGE para 2015 revelam a crescente importância da soja e do milho em relação à produção total de grãos no Estado, na medida em que representam 93,08% do volume total de grãos produzidos.

Para a consolidação desse importante segmento da economia do Estado, o PPA 2016-2019 aponta a necessidade de adoção de estratégias que visem à dinamização das cadeias e arranjos produtivos locais, com a perspectiva de promover o desenvolvimento rural com sustentabilidade econômica e ambiental e com a participação cada vez maior dos pequenos e médios agricultores nos processos de inclusão produtiva.

Os esforços realizados com esse propósito resultaram na priorização de ações preparatórias para a implementação, em parceria com o Governo Federal, do Plano Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), visando a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários; e

MATOPIBA: UMA VASTIDÃO DE RIQUEZA EM QUATRO ESTADOS

O Matopiba abrange 337 municípios e 31 microrregiões. São 73 milhões de hectares no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A população da área é de 5,9 milhões de pessoas. O Piauí tem 11,21% da área, com 8,2 milhões de hectares, em 33 municípios.

Na safra de 2015/2016 a produção do Matopiba deverá ser de 7,9% da colheita brasileira de grãos.

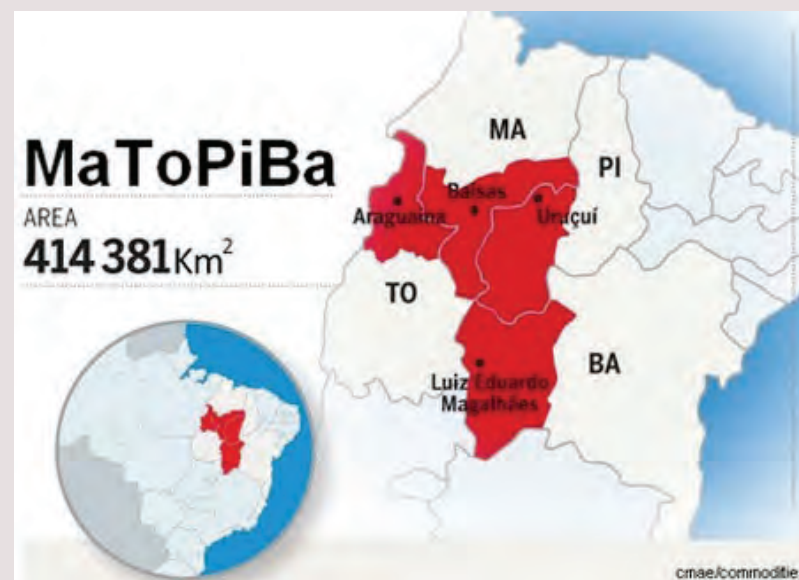
A região produziu 9,4% das 209,5 milhões de toneladas de grãos na safra 2014/2015. O Matopiba foi responsável por 19,7 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho. O total produzido de soja deverá atingir 22.607 milhões de toneladas em 2023/2024.

Do total de 250.238 estabelecimentos rurais da área, 85% têm mais que 100 hectares.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Matopiba soma R\$ 46,9 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão na parte piauiense da região.

Há três biomas no Matopiba, mas o cerrado prevalece em 90,9% de toda a área. Em seguida está Amazônia (7,2%) e Caatinga (1,64%).

São quatro regiões hidrográficas importantes localizadas na região: Tocantins-Araguaia, Parnaíba, Atlântico Nordeste Ocidental e São Francisco.



do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (acrônimo para a região formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que mobilizará esforços e investimentos destinados à infraestrutura, à pesquisa e a inovação, além de ações voltadas para a capacitação e assistência técnica nos Cerrados piauienses situados nos Territórios de Desenvolvimento Chapada das Mangabeiras e Tabuleiros do Alto Parnaíba.

Convém destacar, além das iniciativas adotadas visando construir as bases para a construção de estratégias de integração Agricultura Familiar/Agronegócio, com o intuito de promover a inclusão produtiva da Agricultura Familiar no Plano de Desenvolvimento do Matopiba, para garantir o uso sustentável dos recursos naturais com a preservação da biodiversidade, o respeito e a valorização dos saberes tradicionais acumulados e da cultura inerentes da Agricultura Familiar no bioma Cerrados, a realização de prospecções para investimentos na suinocultura no Território Chapada das Mangabeiras, bem como a instalação de moinho de trigo no município de Altos e para a produção de etanol em Campo Maior, a partir de batata doce.

A viabilização de feiras e exposições foi um dos eixos condutores dos esforços empreendidos com o objetivo de potencializar a comercialização dos produtos da agropecuária piauiense. A 65ª Expoapi representou o coroamento desses esforços. Durante sete dias, o Parque de Exposição Dirceu Arcoverde contou com a participação de 223 expositores de 1.757 ovinos, caprinos e suínos, 662 bovinos e 238 equinos dos nove Estados nordestinos, além do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, resultando numa movimentação de negócios da ordem de R\$ 6 milhões.

De forma integrada com a Expoapi, foi realizada a 3ª edição do Festival da Cajuína pela Cooperativa de Produtores de Cajuína do Piauí (Cajuespi) em parceria com o Sebrae, com realce para o lançamento do Selo de Indicação Geográfica, comprovando que a cajuína piauiense é um produto genuíno e possui qualidades particulares ligadas

à sua origem. Visando promover os negócios referentes a essa bebida tipicamente piauiense, além da exposição e venda de cajuína e produtos feitos à base de caju, 350 agricultores participaram de cursos, oficinas e palestras sobre as técnicas de produção e manuseio de produtos. Foram realizadas ações de qualificação profissional e assistência técnica em parceria com o Sebrae e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

- 200 produtores com o acompanhamento em oito municípios do Território Chapada das Mangabeiras – Projeto MAPITO.
- 254 produtores beneficiados com cursos de Bovinocultura, Tratorista, Manejo e Conservação de Pastagens, Caprinocultura e Empreendedorismo Rural.
- Projeto Piloto “Secretaria Eficiente” nos municípios de Bom Jesus e Corrente, voltados para modernização das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural.
- Revitalização da Cadeia do Alho na Microrregião de Picos.

Defesa Agropecuária

No âmbito dos serviços de Defesa Agropecuária, o Governo do Estado priorizou, em 2015, ações voltadas para a manutenção do status sanitário de Estado Livre de Febre Aftosa com vacinação e Área Livre de Praga - ALP, do Moko da Bananeira e Sigatoka Negra, bem como avançou nos estudos epidemiológicos necessários para tornar o Estado do Piauí Área Livre de Influenza Aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC) nas granjas avícolas comerciais.

- 97,23% de cobertura alcançada na primeira etapa da campanha de vacinação contra a Febre Aftosa realizada em todo o Estado, no período de maio a julho de 2015. A segunda etapa da

Campanha encontra-se em andamento. Na primeira etapa foram investidos R\$ 900 mil.

- 114.000 produtores rurais mobilizados para o controle da febre aftosa e brucelose.
- Levantamento fitossanitário realizado em 5.000 unidades de produção e revenda, e 22.000 transportadoras.
- Campanha de divulgação da Vacinação contra a Brucelose no Estado do Piauí (Índice vacinal 1º semestre/15: 28,05% ou 15.322 bezerras vacinadas).
- Curso de Especialização em Defesa Sanitária Animal e Inspeção de Produtos de Origem Animal, concluído, deixando 40 Fiscais Agropecuários-Médicos Veterinários da ADAPI com especialização na área.
- Curso de Especialização em Defesa Sanitária Vegetal, já concluído por 20 Fiscais Agropecuários/Engenheiros Agrônomos.
- Fiscalização de 55 revendas de agrotóxicos e 1.000 propriedades rurais, para controle de venda e uso de agroquímicos.

INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO, INTERMEDIÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- Aproximadamente 2 mil pessoas capacitadas nas áreas de Construção Civil, Embelezamento e Corte/Costura nos municípios piauienses, através do programa SETRE nos Municípios, que oferta qualificação profissional em caminhões itinerantes.
- Iniciativa inédita no Estado de qualificar os internos das unidades prisionais. Os detentos das Penitenciárias Major César, Irmão Guido e Penitenciária Feminina foram capacitados, receberam os certifi-

cados de conclusão dos cursos e alguns já se encontram no mercado de trabalho.

- Realização de seleções de emprego que encaminharam milhares de trabalhadores a vagas no mercado de trabalho e colocaram o Piauí entre os três primeiros da Federação com o maior saldo positivo na geração de empregos.
- Emissão de Carteira de Trabalho e Seguro-desemprego.
- Serviços do SINE-PI ofertados gratuitamente no bairros Parque Piauí, Mocambinho e na Potyca-bana.
- Realização do Dia D – Dia Nacional de Contratação da Pessoa com Deficiência, que aconteceu em setembro na sede do Serviço Social do Comércio (Sesc), com o objetivo de promover a inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho.
- Participação no Fórum Regional de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (PCDs) – Todos pela Inclusão. O evento teve por finalidade divulgar informações e disponibilizar serviços que promovam a melhoria da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência e sua inclusão na sociedade.
- Estande da SETRE no Festival de Inverno de Pedro II e apoio a diversos empreendimentos de Economia Solidária, disponibilizando um estande para exposição e vendas de seus produtos.
- Participação na Feira e Congresso Internacional de Negócios de Mercado de Limpeza Pública e Resíduos Urbanos e Industriais, realizado em São Paulo, em agosto.
- Feira Estadual da Economia Solidária, realizada nos dias 7, 8 e 9 de outubro na praça Pedro II, em Teresina, O evento reuniu 100 expositores de diversas regiões do Estado e ofereceu atividades como palestras, cursos, oficinas apresentações culturais e trocas solidárias.

- Feira mensal de Economia Solidária no Centro Administrativo. Realizada mensalmente durante três dias na semana, a feira visa estimular iniciativas empreendedoras da Economia Solidária na expansão e vendas de seus produtos, além de incentivar o intercâmbio de experiências.
- Participação na Expoapi, com apoio a empreendimentos de Economia Solidária, disponibilizando um estande para a exposição dos produtos.
- Cerca de 50 formalizações de Microempreendedores Individuais.

INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Na missão de popularizar a Ciência, a Tecnologia e a Inovação (CT&I), o Governo do Estado buscou iniciativas visando o desenvolvimento de estudos e pesquisas que venham auxiliar o crescimento estadual. Nesse sentido, esforços foram realizados para a ampliação das ações de divulgação científica e potencialização dos auxílios já existentes, desde os editais lançados até o apoio a eventos científicos realizados no âmbito do Piauí.

Foram lançados sete editais em 2015, contemplando o Programa de Pós-Graduação, auxílio a docentes, publicação de artigos científicos, Programas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação, Programa de Fomento ao Desenvolvimento Científico. Essas ações foram importantes para fortalecer os grupos de pesquisa.

Entretanto, o grande desafio enfrentado pelo Estado nesse aspecto, diz respeito à interação necessária entre a academia e o setor produtivo, para possibilitar um ciclo virtuoso de inovação. Passos importantes foram dados nessa direção com a participação do órgão estadual de fomento à CT&I na coordenação, para implantação do Polo de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico de Parnaíba, iniciativa que busca acelerar

o processo de aplicabilidade dos resultados das pesquisas desenvolvidas no Estado.

A crescente incorporação de conhecimentos nas atividades produtivas tornou a inovação uma variável estratégica para impulsionar desenvolvimento econômico. Portanto, investimento em capital humano representa uma vantagem competitiva para alavancar o desenvolvimento econômico. O número atual de doutores no Piauí é 470% maior que há 10 anos, e existem mais de 50 cursos de mestrado e doutorado conforme o quadro na página posterior. Com a perspectiva de interiorizar a divulgação científica e o fomento à produção na área de CT&I, o Governo do Estado esteve presente em eventos realizados nas cidades de Bom Jesus, Campo Maior, Floriano, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato, Teresina e Uruçuí, ampliando com as iniciativas, as oportunidades de qualificação de pesquisadores e estudantes.

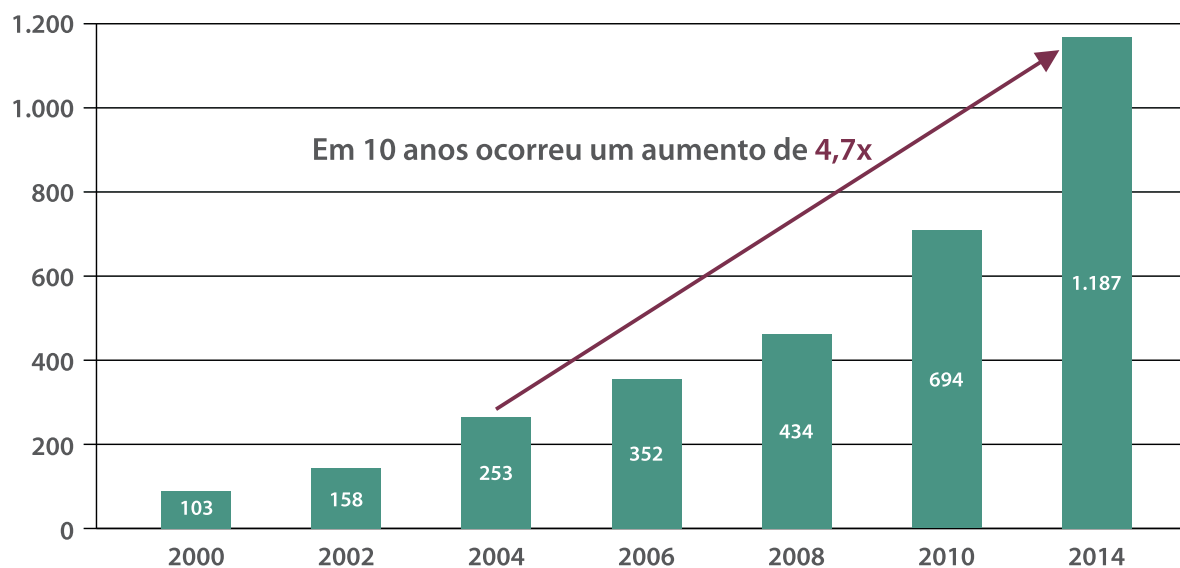
No âmbito da divulgação científica, o ano de 2015 foi bastante representativo: foram lançados o suplemento infantil “Sapiência Jr”, que alia temas cotidianos à ciência, com uma linguagem de fácil compreensão, o boletim “Fapepi Informa”, criado para popularizar a ciência, e um programa de rádio.

ZPE - ESTRATÉGIA DE INSERIR O PIAUÍ NOS MERCADOS GLOBAIS

O Piauí possui a ZPE em estágio mais avançado do País com a instalação da ZPE Parnaíba, o Estado disporá de uma área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados fora do país, considerada zona primária para efeito de controle aduaneiro.

A primeira etapa, que envolveu a construção de prédio administrativo, guarita e cerca perimetral, já foi concluída, com investimento de R\$ 2,2 milhões. A segunda etapa, que envolve a construção do auditório, restaurante, galpões industriais, urbanização, infraestrutura viária, pátio para containers, guarita para controle de entrada e saída

Evolução do número de doutores no Piauí (2000-2014)



Fonte: FAPEPI

de pedestres, prédio da Receita Federal, galpão principal de armazenagem, estacionamento, instalação de rede elétrica e abastecimento d'água, além da implantação dos sistemas de controle e monitoramento, está em andamento, próximo de conclusão. Nesta etapa, estão sendo aplicados R\$ 14,5 milhões. Outros R\$ 17,5 milhões deverão ser usados na aquisição e instalação de equipamentos de tecnologia da informação, e sistemas de monitoramento e segurança.

Foram realizados procedimentos iniciais para processo de alfandegamento (parte documental) como requisito para obtenção do Ato Declaratório Especial – ADE, expedido pela Receita Federal do Brasil.

O perfil dos investimentos privados esperados na ZPE Parnaíba contempla as seguintes atividades: farmacocômicos, cera de carnaúba, babaçu, couros e peles, alimentos, pedras preciosas e minérios, biocombustíveis e empresas da área de biotecnologia.

Com o trabalho de promoção e atração de investimentos já iniciado, existem no momento três empresas com projetos analisados e aprovados pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportações – CZPE, do MDIC:

- A VEGEFLORA, empresa destinada à produção de fármacos com investimentos previstos de R\$ 3 milhões e que deverá gerar 30 empregos diretos e 90 indiretos.
- A DK Frutas e Concentrados do Nordeste, que deverá produzir concentrado de frutas, com uma estimativa de investimentos de R\$ 38,3 milhões e geração de 58 empregos na área industrial e 3.600 na área agrícola.
- A AGROCERA PIAUÍ, indústria voltada para a produção de cera de carnaúba, deverá realizar investimentos de R\$ 15 milhões, gerando 40 empregos diretos e 150 indiretos. Essa empresa já se encontra em fase de instalação e testes dos equipamentos, devendo entrar em operação em janeiro de 2016.

Outras seis empresas já formalizaram o interesse em se instalar na ZPE Parnaíba, por meio de Carta de Intenção apresentada à Companhia Administradora:

- A Brasil Ceras Ltda., empresa industrial que atuará na produção de ceras vegetais investirá,

inicialmente, cerca de R\$ 5 milhões, com uma previsão de gerar 50 empregos diretos e 1.000 empregos indiretos, já tem seu projeto concluído, devendo encaminhá-lo à SE/CZPE, para análise e aprovação.

- OCEANA, voltada para a produção de fertilizantes químicos, com investimento inicial de R\$ 2 milhões e geração de 20 empregos diretos e 40 indiretos.

- CURTUME ITÁLIA, que prevê investimentos em torno de R\$ 37,5 milhões, no beneficiamento de couros e peles, com geração de 100 empregos diretos e 200 indiretos.

- PVP Sociedade Anônima, destinada à produção de Octaacetato de Sucrose (insumo para fabricação de diversos produtos), com uma estimativa de geração de 25 empregos diretos e 100 indiretos, com investimento previsto na ordem de R\$ 6,5 milhões.

- GLOBALTECH TRADING S/L, empresa com sede na Espanha, que deverá produzir equipamentos de proteção individual – EPI's, com 100 empregos diretos e 350 indiretos, e uma produção de 50 mil unidades na fase de operação, com investimentos que totalizam R\$ 2,5 milhões.

- REICLAPET PIAUÍ LTDA., empresa destinada à reciclagem de PET's, com investimentos estimados em R\$ 3 milhões, deverá gerar inicialmente 52 empregos diretos e 12 indiretos, com uma capacidade de produção de 500 toneladas/mês.

A ZPE Parnaíba deverá gerar um significativo impacto no nível de emprego e renda no município de Parnaíba e região. Atualmente, Parnaíba tem em torno de 17 mil empregos formais com carteira assinada. Estima-se que a atividade industrial ocupe 2.584 empregados com contrato formal, o que representa 15,2% desse total.

A perspectiva de geração de 4.000 empregos diretos e indiretos pelas quatro primeiras empresas com instalação prevista possibilitará um

incremento de 23,5% no número de empregos formais, com a geração de uma renda de aproximadamente R\$ 35 milhões anuais, o que representa um crescimento de 32% na renda do setor industrial do município, elevando-a dos atuais R\$ 102 milhões para R\$ 134,6 milhões.

Na sua primeira etapa, com a implantação de 10 empresas na área inicial de 31,5 hectares, o impacto esperado da ZPE Parnaíba será de cerca de 800 empregos diretos e 4 mil indiretos criados, com investimentos da ordem de R\$ 100 milhões e um valor exportado anual de cerca de US\$ 160 milhões.

TURISMO

O turismo é um setor estratégico para o desenvolvimento do Estado, pois apresenta potencialidades para estruturar uma oferta diversificada, incluído, não só turismo de massa, mas roteiros qualificados, como o turismo arqueológico, rural e religioso.

No ano de 2015, as ações voltadas para este segmento contemplaram obras estruturantes, incentivos a eventos, e planejamento. Além disso, foi criada a Câmara Técnica de Turismo, formada por instituições privadas e públicas, para pensar estrategicamente a atividade.

Infraestrutura para o turismo

Conclusão do Terminal de Passageiros do Aeroporto Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, com investimento de R\$ 12.678.221,07, representa um marco importante no fortalecimento da vocação turística do Sudeste do Estado, que abriga o Parque Nacional da Serra da Capivara, declarado Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Nos diversos territórios de desenvolvimento do Estado, foram realizadas obras para melhorar a oferta turística, condição essencial para a dinamização da atividade, a exemplo da iluminação

da orla de Luís Correia, da sinalização turística de Pedro II e da pavimentação e construção do Terminal Turístico em Barra Grande.

Participação em eventos turísticos

Festival de Inverno de Pedro II, criado em 2004, é um evento consolidado em nível regional, que reúne música, artesanato, turismo e atrai milhares de visitantes para aquela cidade serrana do Piauí.

Festival da Uva, evento realizado para promover a fruticultura irrigada no Vale do Rio Piauí, especialmente na região de São João do Piauí, concorre para estimular a visitação ao município, além de incentivar a cultura da convivência com o semiárido.

A oferta turística do Estado foi divulgada com a montagem de stands em eventos como Brazil National Tourism Mart – BNTM, 43ª ABAV e WTM Latin América, que promove a América Latina

para o mundo e traz o mundo para conhecer a região. O objetivo da participação do Piauí foi divulgar a cultura, o artesanato, e as potencialidades turísticas locais, atraindo os empreendedores e os agentes de viagens, criando oportunidades de negócios.

Planejamento Turístico

O planejamento se constitui em um conjunto de ações necessárias para dinamizar a atividade turística como: treinamento, pesquisas e reunião com a sociedade organizada. Em 2015, foi realizado o inventário da oferta turística envolvendo os municípios de Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Montes, Pedro II e São João, com o objetivo de congregar e sistematizar as informações inventariadas em um único banco de dados. Foi realizado treinamento da equipe técnica no Curso de Formação de interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo.



MEIO AMBIENTE

Crescimento econômico com equilíbrio socioambiental

No atual cenário de dinamismo econômico, compõe a agenda de desenvolvimento sustentável do Estado um conjunto de iniciativas governamentais e privadas relacionadas aos desafios e oportunidades dos mais variados setores, com destaque para o turismo, o agronegócio, especialmente nos Cerrados, a mineração e a construção civil, notadamente na área de infraestrutura econômica e habitação, bem como mobilidade urbana, coleta e tratamento de resíduos sólidos. A implementação dessas iniciativas impacta sobremaneira o meio ambiente, exigindo atuação cuidadosa do órgão ambiental estadual, no sentido de garantir que as necessárias intervenções voltadas para o desenvolvimento do Estado ocorram respeitando os marcos da legislação vigente, com a perspectiva de assegurar às presentes e futuras gerações o acesso aos recursos ambientais, de forma sustentada, equitativa e equilibrada. Exige, também, presença permanente e qualificada em todo o Estado, seja no cumprimento das suas competências específicas, seja no exercício da competência supletiva da gestão ambiental municipal, tendo em vista que possuem órgão de gestão ambiental estruturado no âmbito municipal, somente o município de Teresina e, mais recentemente, os municípios de Floriano, Água Branca, Amarante, Corrente, José de Freitas, Picos, Valença, Piripiri, Parnaíba e Campo Maior.

Fortalecimento Institucional

Visando a modernização da gestão ambiental estadual foi criada, na estrutura regimental da SEMAR/PI e do INTERPI, o Centro de Geotecnologia Fundiária e Ambiental do Estado do Piauí (CGEO), com apoio financeiro do Banco Mundial, para monitorar as transformações ambientais ocorridas no Estado e fornecer subsídio à gestão, no que diz respeito ao uso dos recursos am-



Quadro-Resumo de Ações da Semar

Ação / Objeto	Solicitações	Emissões
Licença prévia	325	211
Licença de instalação	336	213
Licença de operação	382	228
Prorrogação de licença prévia	19	25
Prorrogação de licença de instalação	89	55
Renovação de licença de operação	205	96
Declaração de baixo impacto ambiental (DBIA)	371	300
Dispensa de licenciamento	558	445
Outorga de recursos hídricos	524	90
Total	2.809	1.663

Fonte: Process, Gelifiam e Arquivos DFL (2015)

Ação / Objeto	Solicitações	Emissões	Área total autorizada (ha)
Autorização de Supressão Vegetal	156	116	90.713,4066
Plano de Manejo Florestal	22	60	48.658,1449
Total	178	176	139.371,5515

Fonte: SEMAR/Gerência de Fiscalização (2015)

bientais e dos recursos hídricos, ao zoneamento ambiental, ao ordenamento territorial, à identificação das terras devolutas e à regularização fundiária das terras públicas estaduais e à normatização da cartografia temática sobre meio ambiente.

Foram também elaboradas a nova estrutura regimental e o Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR/PI, com a finalidade de adequar a estrutura do órgão ambiental estadual para o cumprimento das novas atribuições sob a sua responsabilidade, em decorrência da regulamentação em 2011 de incisos do Art. 23 da Constituição Federal, passando à competência dos Estados, boa parte das responsabilidades até então atribuídas à União.

Encontra-se em fase de teste o Sistema Integrado de Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (SIGA), para possibilitar a gestão integrada de todos os processos de licenciamento ambiental, de outorga de uso de recursos hídricos e de fiscalização. Desenvolvido em ambiente web, possibilitará o monitoramento de forma mais eficaz das Unidades de Conservação do Estado e maior agilidade no atendimento das solicitações de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos, além de permitir ao cidadão o acompanhamento detalhado de todo o trâmite do seu processo.

Investimentos da ordem de R\$ 615.382,18 foram feitos no sentido de melhor instrumentalizar a gestão ambiental estadual, por meio da aquisição de veículos, câmaras fotográficas, computadores, aparelhos de GPS e a aquisição e treinamento de um drone.

Entretanto, é tarefa da sociedade garantir que o desenvolvimento do Estado ocorra com a promoção simultânea e equilibrada da proteção ambiental, da inclusão social e do crescimento

econômico. Nesse sentido, ações de educação ambiental assumem papel relevante, na medida em que contribuem para a formação de cidadãos conscientes da importância de preservar o meio ambiente e capazes de assumir o protagonismo nas discussões e decisões locais sobre as ações de promoção do desenvolvimento com sustentabilidade.

Cadastro Ambiental Rural - CAR

Criado pela Lei Nº 12.651/12, o cadastro é um importante instrumento de controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, e planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Para imóveis com até quatro módulos fiscais, o procedimento de cadastramento é simplificado e gratuito, ficando o poder público com a responsabilidade de prestar apoio aos beneficiários dessa política pública, com atenção especial para os municípios de Baixa Grande do Ribeiro, Santa Filomena, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Currais e Palmeira do Piauí, por força do ProCerrados. Ressalte-se que a partir de 28 de maio de 2017, o CAR será obrigatório para o acesso ao crédito agrícola. Nesse contexto, o Governo do Estado capacitou 265 gestores e técnicos de instituições parceiras, em nível federal e estadual, para atuação no âmbito da Agricultura Familiar. *Veja quadro abaixo.*

No que concerne à gestão democrática dos recursos hídricos, merecem destaque as ações implementadas para o fortalecimento do Comitê de Bacia do Rio Canindé-Piauí. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com os membros do Comitê e Comissões Gestoras das Barragens de Bocaina e Ingazeiras, estudo das demandas

Área passível de cadastro ¹	Área total cadastrada ²	Percentual de área cadastrada ³
9.506.597 ha	2.374.491 ha	24,98%
Número de imóveis cadastrados²: 11.027		

¹ Área estimada com base no Censo Agropecuário 2006 (IBGE).

² Dados obtidos do SICAR em 30/11/2015, incluindo os Beneficiários da Reforma Agrária.

³ Percentual calculado com base na área passível de cadastro.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro - Boletim Informativo CAR (Nov/2015).

próximas ao Rio Piauí, na localidade Barriguda, em Ribeira do Piauí, para verificar a viabilidade de aproveitamento da água, considerando usos múltiplos do recurso a ser disponibilizado para a construção de reservatórios hídricos, bem como mobilização e sensibilização do poder público municipal, sociedade civil e usuários da água, para a renovação dos integrantes do Comitê.

Visando qualificar as informações disponíveis no Estado, referentes ao tempo, ao clima, ao solo, às chuvas e aos níveis dos rios e barragens, foram instalados 30 pluviômetros convencionais e 50 automáticos, uma estação hidrológica automática, 31 réguas limimétricas e 10 estações agrometeorológicas.

A Comissão Gestora de Barragens realizou a vistoria das Barragens Joana (Pedro II), Caldeirão e Anajás (Piripiri), Tinguís (Brasileira), São Vicente (São Miguel do Tapuio), Mesa de Pedra (Elesbão Veloso), Beneditinos (Beneditinos), Emparedado e Corredores (Campo Maior), Bezerra (José de Freitas), Salinas (São Francisco do Piauí), Pedra Redonda (Conceição do Canindé), Poço Marruá (Patos do Piauí) e Algodões II (Curimatá). De acordo com a Lei 12.334/2010, a SEMAR realizou a fiscalização de 14 barragens para fins de classificação quanto ao dano potencial associado e categoria de risco. Fez também levantamento e fiscalização de 40 poços jorrantes nos municípios Alvorada do Gurgueia, Cristino Castro, Santa Luz e Bom Jesus, com o intuito de reduzir o desperdício de água.

Por fim, a gestão tem empreendido esforços no sentido da viabilização de inúmeras iniciativas de fundamental importância para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais no Estado, entre os quais destacam-se:

- Projeto de Barragens Sequenciais nos Rios Temporários – para programa de recarga dos lençóis freáticos. Projeto da Barragem de Barriguda autorizado pela Governador. Em fase de licitação. As demais barragens, em fase de projeto.
- Programa de Implantação dos Parques das Nascentes e Margens dos Rios do Piauí contratação

de empresa especializada para a elaboração do projeto básico autorizada.

- Demarcação do Parque das Nascentes do Rio Parnaíba – retomada do convênio com a CODEVASF. Liberação da segunda parcela.
- Programa de Revitalização de Matas Ciliares – iniciado o projeto no rio Piauí. O projeto inclui os rios: Parnaíba, Poti, Canindé, Guaribas, Sambito, Gurgueia.
- Projeto para Proteção e Recarga na Lagoa do Portinho – Termo de Referência e Edital de Licitação em análise jurídica.
- Projeto para Proteção e Recarga na Lagoa de Parnaguá – autorizada a emergência por decreto do governador. Realizada vistoria/projeto/orçamento. Processo de contratação de empresa em andamento.
- Segurança de barragens – vistoria realizada em 23 grandes barragens.
- Licenciamento de grandes empreendimentos eólicos no Estado do Piauí.
- Parque do Canyon do Rio Poti – contratação de empresa para o planejamento e criação da unidade de conservação do Parque do Canyon do Rio Poti.
- Sala de situação – criada para alerta de eventos meteorológicos, principalmente os eventos extremos como: cheias, inundações, etc.
- Parque Zoobotânico de Teresina – investimento de R\$ 1 milhão na estruturação, especialmente em melhorias da trilha de arvorismo, tirolesa e escalada, construção do Centro de Triagem de animais silvestres e da trilha de ciclismo e patinação, instalação de academia ao ar livre, identificação científica de toda fauna e flora do Parque, início da construção do píer do Parque Zoobotânico e da Poticabana, além da nova comunicação visual com a sinalização de todos os ambientes.



**DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL
SUSTENTÁVEL
COM INVESTIMENTO
EM INFRAESTRUTURA**



INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Base para o desenvolvimento econômico

A retomada de obras rodoviárias fundamentais, um programa permanente de manutenção e preservação das estradas estaduais e a conclusão de novos trechos rodoviários concorreram para que em 2015 o Estado apresentasse um balanço positivo neste setor. Para 2016, a expectativa é de manter e ampliar investimentos.

Há muitos exemplos de obras importantes, seja para comunidades diretamente beneficiadas, seja para o conjunto da população do Estado. Isso porque uma obra rodoviária local interliga não uma cidade ao restante do territorial estadual, mas todo o Piauí àquela cidade ou região atendida pela estrada.

Tome-se o exemplo dos rodoanéis no entorno de algumas das maiores cidades do Estado: facilitam acesso e chegada de milhares de pessoas que se dirigem a lugares como Barras ou Canto do Buriti, onde os investimentos somaram mais de R\$ 10,8 milhões.

Ainda na região de Barras, o melhoramento da pavimentação asfáltica da PI-110, no trecho que liga o município a Miguel Alves, foi retomado e deve ser entregue em breve. O revestimento dos 77 quilômetros de estrada que interliga as cidades tem investimentos na ordem de R\$ 30 milhões. Trata-se de uma obra viária com impacto sobre boa parte da população do Norte do Piauí. Ao Sul, foram feitas obras de restauração e conservação da rodovia PI-463 (Pajeú do Piauí) e de trechos rodoviários em São João do Piauí, Santo Antônio de Lisboa e São Raimundo Nonato.



TRANSPORTE

O Governo tem atuado e priorizado investimentos na expansão e melhoria da malha viária, ferroviária, hidroviária e aeroportuária do Estado, buscando eficiência do setor de transporte para aumentar a capacidade de escoamento da produção e incentivar o desenvolvimento econômico e sustentável em todo o Estado.

Transporte Rodoviário

Em 2015, os esforços foram para retomar e concluir as obras que estavam paralisadas. Os investimentos em construção e melhoria na construção de rodovias visam melhorar a condição de tráfego, possibilitando integração entre as regiões e maior segurança das vias.

OBRAS CONCLUÍDAS EM 2015

- Pavimentação do acesso a Santo Antônio de Lisboa - trecho: entroncamento da BR-020/Santo Antônio de Lisboa - 2,7 km.
- Pavimentação asfáltica da PI-113, Teresina/Cabeceiras – 5,8 km.
- Pavimentação asfáltica do subtrecho Conceição do Canindé/Jacobina – 57 km.
- Construção da ponte sobre o Rio Água Suja (Km 5, PI-143).
- Restauração asfáltica da rodovia PI-249 entre Paes Landim e Simplício Mendes - 42 km.
- Construção da ponte sobre o rio São José (PI-221), Altos/Alto Longá.
- Pavimentação do Acesso ao Museu do Homem Americano e ao Campus da UNIVASF – São Raimundo Nonato.
- Pavimentação do acesso ao campus do Instituto Federal do Piauí (IFPI) em Oeiras.
- Manutenção rodoviária de 12 quilômetros – entroncamento da BR-020/Bela Vista do Piauí.
- Manutenção rodoviária (conservação e recuperação) – 68 km.
- Manutenção rodoviária (conservação e recuperação) – 84 km



PRINCIPAIS OBRAS RETOMADAS EM 2015

- Alargamento da PI-116/Pedra do Sal (15,94 km).
- Pavimentação asfáltica trecho: entroncamento BR 020/Parque Nacional da Serra da Capivara (7,9 km).
- Pavimentação asfáltica: trecho rodovia Paulistana/Tigre (30,3 km).
- Pavimentação asfáltica: rodovia de ligação Picos/povoado Gameleira (12,34 km).
- Terraplenagem e revestimento primário da rodovia PI-247 – Perimetral Sul, trecho Cruzeta/Pratinha/Nova Santa Rita.
- Pavimentação asfáltica da PI-245, trecho Itainópolis/Vera Mendes/Isaías Coelho/Simplício Mendes – 32 km.
- Construção de duas pontes no trecho Arraial/Cajazeiras/Francisco Aires

Mobilidade Urbana

Dando continuidade ao pacto de mobilidade urbana para o Piauí, o Governo do Estado concluiu e retomou, em 2015, obras de pavimentação asfáltica de ruas e contornos rodoviários em diversos municípios, visando dar mais qualidade e ações estruturantes, integrar e interligar os diversos transportes coletivos, modernizar o sistema e atender a necessidade da população com qualidade e rapidez.

OBRAS CONCLUÍDAS

- Pavimentação de ruas em Landri Sales, Ipiranga do Piauí, Murici dos Portelas, Angical, Beneditinos, Bom Jesus, Esperantina, Itaueira, Brejo do Piauí, Coivaras, Piracuruca, Santa Cruz do Piauí, Pedro II, José de Freitas, Picos, Francisco Aires, São João do Piauí, Simplício Mendes, Parnaíba, Luiz Correia, Campo Alegre do Fidalgo, Patos, Vila Nova.
- Contornos rodoviário em Parnaíba, Esperantina e Barras.

PRINCIPAIS OBRAS RETOMADAS EM 2015

- Rodoanel de Teresina.
- Construção da Ponte da Ilhotas - segunda ponte Wall Ferraz.
- Construção dos acessos da Ponte do Meio, entre as avenidas Frei Serafim e João XXIII.
- Pavimentação de ruas em Piracuruca, Parnaíba. Obras de equipamentos urbanos também foram feitas em vários municípios.
- Construção de praça de eventos no município de Avelino Lopes.
- Canteiro central da Avenida Dom Edilberto, no município de Tanque do Piauí.
- Pavimentação em paralelepípedo – estrada de acesso ao povoado Serrinha, em Monte Alegre.
- Construção de calçadão, iluminação pública e urbanização da via de acesso em Bom Princípio do Piauí.
- Expansão da rede elétrica no conjunto habitacional José Saturnino, zona urbana de Simões.
- Construção de 15.301,44 m² de pavimentação em paralelepípedo em Bom Princípio.
- Recuperação de estrada vicinal com revestimento primário no município de Lagoa do Sítio.



SANEAMENTO

Mais água e esgoto

Em 2015, a meta foi a universalização do acesso à água tratada, ampliação da coleta de esgoto sanitário e de uma prestação de serviços de qualidade à população piauiense, com preservação do meio ambiente. Houve avanços significativos em todas as áreas, com priorização voltada para a melhoria da eficiência operacional da empresa, por uma gestão de resultados, com destaques para ações prioritárias, tais como:

- Concentração de esforços para o aumento de oferta de água tratada visando atender as novas demandas populacionais do Estado. Atualmente, 1.948.884 habitantes de 155 cidades e de 23 povoados piauienses contam com sistemas de abastecimentos de água, operados pela AGESPISA, com índice de 98,29% de cobertura urbana desses serviços, o que representa um crescimento de 3,08% de demanda populacional atendida em relação a 2014.
- O número de ligações de água cresceu 3,11%, totalizando 652.785 ligações.
- O esforço para melhorar o abastecimento de água das cidades atendidas se dá através de investimentos na construção e melhorias de adutoras, como da construção da Adutora do Litoral.

Outras obras de oferta hídrica foram realizadas, a exemplo da implantação pela Secretaria das Cidades, do sistema de abastecimento de água complementar do povoado de Lagoa do Longá e da execução pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (IDEPI), da conclusão dos serviços de melhoria e ampliação do sistema de abastecimento da estação de tratamento de água da Santa Maria da Codipi (2º contrato) – estação elevatória e adutora – com investimentos de R\$ 42.888.843,06, e implantação de sistemas de abastecimento d'água nos municípios de Oeiras,



Batalha, Lagoa de São Francisco, Prata e Santa Rosa do Piauí, totalizando investimentos de R\$ 1.616.138,48.

Há que se destacar ainda a retomada das obras de construção da nova Barragem de Algodões, no Município de Cocal, na qual estão previstos investimentos de R\$ 93.302.345,57.

Saneamento e qualidade de vida

O número de cidades piauienses atendidas com esgotamento sanitário deve crescer de seis (Teresina, Picos, Oeiras, Corrente, Altos e Parnaíba) para 21, com as novas obras de esgotamento sanitário realizadas, em andamento ou projetadas em Amarante, Floriano, Guadalupe, Ilha Grande, Joca Marques, Luzilândia, Madeiro, Murici dos Portelas, Oeiras, Porto, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, União e Uruçuí (recursos

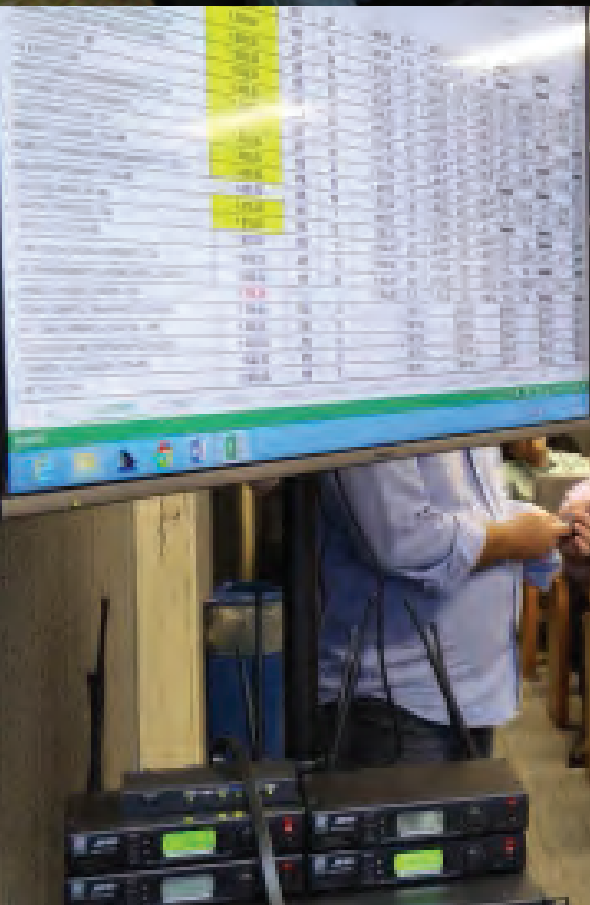
da CODEVASF) e Piracuruca (FUNASA), além dos diversos sistemas que estão sendo construídos pelas prefeituras com recursos do Ministério da Integração Nacional, representando um aumento significativo do número de cidades atendidas em relação às existentes. Estão sendo implantadas as ligações intradomiciliares de esgotos e módulos sanitários domiciliares, em municípios na margem piauiense do rio Parnaíba, como Amarante, Oeiras, Floriano, Guadalupe, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Ilha Grande, Murici dos Portelas, Luzilândia, Madeiro, Joca Marques, União e Porto.

- Atualmente, o número de ligações ativas de esgotos é de 58.194, que representa um crescimento de 7,28%, comprovadamente ao ano anterior.





**GESTÃO EFICIENTE
COM TRANSPARÊNCIA
E CONTROLE SOCIAL**



MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Resultados práticos para a solução dos problemas

As ações desenvolvidas na área meio ou institucional, em 2015, priorizaram o fortalecimento, a qualidade e a eficiência da gestão pública nas áreas administrativa e fiscal, primando sempre pela evolução contínua, de modo a garantir que a administração pública estadual apresente efetivo progresso.

Vivemos um tempo de construção de pontes, consolidação de ideias, sedimentação de alicerces que resultem em uma relação de alto nível institucional com resultados práticos para a solução dos problemas do Estado. Nesse contexto, foram criadas superintendências importantes para a máquina administrativa: Licitação, Gestão de Gastos e Previdência Social, significando um grande avanço para esta engrenagem e possibilitando clareza nos contratos, ordenamento de despesas e o resgate da política de fortalecimento do regime de previdência.

Prevendo melhor gerenciamento do Capital Humano do Estado, foi realizado Recadastramento do Servidor Público, em parceria com o Ministério da Previdência. Sua finalidade principal foi traçar o perfil dos servidores públicos do Estado, com a renovação do banco de dados, assim oportunizando a continuidade e a estruturação do quadro funcional e a inclusão de profissionais tecnicamente qualificados em áreas afins de atuação.

A solidez institucional permitiu a efetivação dos compromissos pactuados em governos anteriores em relação à política salarial e progressão de carreira dos servidores, bem como o cumprimento prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exigiu uma readequação da máquina administrativa. Além disso, os investimentos e salários dos servidores foram garantidos pelo Governo do Estado, inclusive com a divulgação de uma tabela anual de pagamentos.



Recadastramento dos Servidores Públicos Estaduais

Com o objetivo de planejar a gestão pública e promover uma administração eficiente e transparente, o Governo do Estado iniciou o Recadastramento do Servidor Público, no dia 23 de junho de 2015. O trabalho teve o propósito de atualizar os dados cadastrais dos servidores ativos, inativos, pensionistas, comissionados exclusivos, contratos temporários e prestadores de serviços. Dos 99.012 servidores, foram recadastrados 93.072, que representa 94% dos convocados. Outro ponto importante a ressaltar é o projeto de lei aprovado em dezembro pela Assembleia Legislativa, que trata da criação do código de lotação, que será primordial para organização do trabalho do recadastramento, na qual cada matrícula de servidor estará atrelada a um cargo específico. Ainda na modernização, houve a promoção do aperfeiçoamento dos órgãos e entidades da administração pública, cujos destaques estão mencionados no Quadro resumo das ações da SEADPREV em 2015, na página posterior.

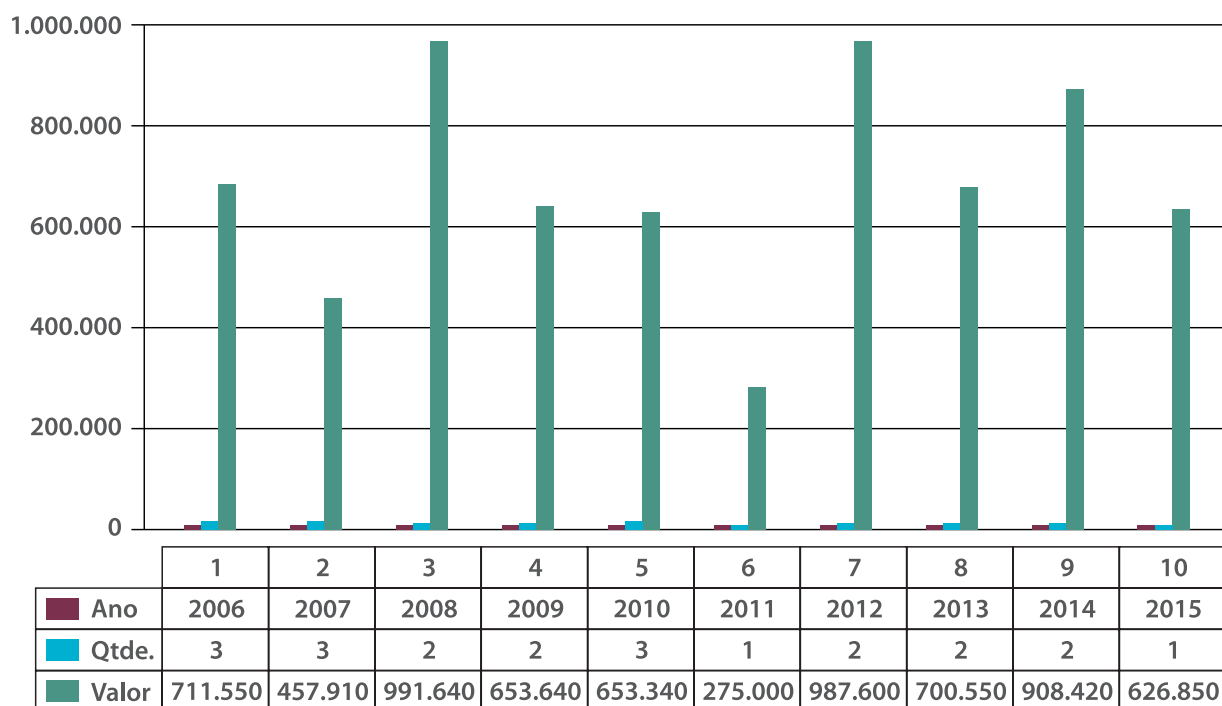
Pregões

Em 2015, 17 pregões foram homologados e publicados, além de algumas adesões de ata. Vale ressaltar que o Estado obteve uma economicidade na gestão pública, no valor de R\$ 1.008.100,00, em relação ao pregão anterior.

Leilão

Em 2015, somente um leilão de bens móveis foi realizado, embora tenha sido reconhecido como o de maior valor arrecadado, proporcionalmente, desde 2006. Este incremento adotado, no início do ano em curso, é decorrente de um planejamento estratégico, com o estabelecimento de diretrizes e consequente otimização dos recursos. *Ver quadro abaixo.*

Leilões



Fonte: SEADPREV

Quadro-resumo de ações da SEADPREV em 2015

Espaços da Cidadania construídos: Oeiras e Floriano.
Transferência do Espaço da Cidadania da Avenida João XXIII para o Shopping Rio Poty.
Aquisição de mobiliário para novos espaços e Salas da Cidadania.
Aquisição e entrega de mobiliário para as Secretarias de Justiça e Planejamento.
Elaboração de projeto e reforma das Coordenadorias de Desenvolvimento Social, Lazer e Urbanismo, de Saneamento, de Irrigação e Instituto de Águas
Reforma do protocolo da Secretaria de Administração e Previdência (SEADPREV).
Elaboração de projeto de reforma e melhorias no 1º e 2º andares da SEADPREV.
Modernização dos Sistemas de Informação.
Móveis Adquiridos – 3.658.
Imóveis catalogados no Sistema de Patrimônio – 3.246.
Reativação do Posto Médico-odontológico do Centro Administrativo do Estado - 382 atendimentos.
Recuperação de rampas e acessos para deficientes do Centro Administrativo.
Reforma das instalações internas da Secretaria de Administração e Previdência.
Reforma e pintura das estruturas físicas dos blocos (G, H e I) do Centro Administrativo
Recuperação de jardins, canteiros, cerca e limpeza da lagoa do Centro Administrativo do Estado.

Fonte: SEADPREV

SAÚDE DO SERVIDOR

Primando pelo bem-estar do capital humano e a saúde do servidor, foram realizados serviços médicos, odontológicos e ambulatoriais, em cerca de R\$ 150,72 milhões, por meio da assistência à saúde dos segurados e dependentes. Os números falam por si quando se trata do bem-estar do servidor público em 2015:

- Serviços médicos, ambulatoriais e odontológicos do IASP-Saúde: 1.773.265, atendendo pessoal lotado em Alto Longá, Altos, Barras, Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Esperantina, Floriano, Francisco Ayres, Jaicós, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pimenteiras, Piracuruca, Piripiri, Santana do Piauí, São Gonçalo do Piauí, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina, União, Uruçuí, Valença.
- Internações hospitalares pelo IASP-PLAMTA: 28.931 (janeiro/ agosto), atendendo servidores de Campo Maior, Picos, Floriano, Oeiras, Pedro II, Parnaíba, Paulistana, Teresina.

Gastos Públicos com Manutenção dos Órgãos

Na gestão dos gastos públicos para a manutenção e funcionamento dos órgãos e entidades do Executivo estadual, percebeu-se, nos últimos três anos, uma redução nas outras despesas correntes, como demonstra o quadro abaixo.

Para melhor controle das despesas de custeio do Estado foram implementadas algumas ações, dentre as quais são destaques:

- Criação e definição do módulo de contratos no SIMO (Sistema de Monitoramento) - definição da arquitetura e parâmetros para a criação de um módulo para gestão de todos os contratos firmados pelo órgão.
- Realização de trabalhos de auditoria nos códigos da folha de pagamento.
- Visita técnica e composição de equipe de estudo para implantação de sistema de emissão e controle de diárias e passagens no Estado.
- Visita técnica e composição de equipe para acompanhar o processo de implantação das organizações sociais no Estado, por meio da Secretaria da Saúde.

Escola de Governo

Ainda na área institucional, o Governo desenvolveu ações visando não somente reestruturar a máquina estatal, com recuperação de alguns órgãos públicos, encontrados com suas estruturas físicas em situação degradante, mas também a valorização dos serviços e do servidor público, por meio da capacitação e qualificação.

É importante afirmar que o bom funcionamento da máquina estatal é determinado muito mais pela forma com que os servidores se envolvem, no dia a dia do trabalho, que pela situação da estrutura física instalada.

Com intuito de promover a eficiência no trabalho, o Estado capacitou, qualificou e aperfeiçoou seus recursos humanos, através da Escola de Governo, mais de 5.200 funcionários, com seminários, oficinas e cursos:

1. Cursos, seminários e fóruns – 1.504 participantes.
2. Cursos de especialização – 220 participantes.
3. Programa de bem-estar do servidor – 400 participantes.
4. Programa de formação de instrutores – 47 participantes.
5. Programa de preparação para a aposentadoria – 25 participantes.
6. Semana do servidor público - 3 mil participantes.
7. Coral do servidor público - 22 participantes.

Quadro de Gastos Público com Manutenção dos Órgãos

Ano	Receita Corrente Líquida (RCL)	Outras despesas correntes (ODC)	% em relação à RCL
2013	5.785.044.000,00	2.468.145.566,00	43
2014	6.201.507.000,00	1.418.157.380,00	23
Projeção até Dez/2015	6.544.746.000,00	1.326.165.192,00	20

Fonte: SEADPREV

Previdência

Em junho de 2015, foi publicada no Diário Oficial do Estado a Lei nº 6.672, de 18/06/2015, estabelecendo que “o regime de Previdência Social é administrado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência”.

Dados da previdência dão conta de que, em 2015, foram concluídas 1.170 aposentadorias e 450 pensões.

A reforma, em evidência, visa o início de uma caminhada para se alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial no Estado.

Um exemplo desse esforço de modernização do regime previdenciário próprio foi **a aprovação da lei que alterou dispositivos das Leis Complementares nº 13, de 03/01/1994, nº 39, 40 e 41, ambas de 14/07/2004, e dá outras providências**. Com a nova lei, compatibiliza-se o benefício da pensão por morte previsto na Lei Complementar nº 13, de 03/01/1994, às regras federais atualmente vigentes para o referido benefício, em especial, à Lei nº 8.213, de 24/07/1991, mantendo o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais compatíveis com as normas federais, as quais disciplinam a concessão de pensões, criando faixas para o benefício, reduzindo o impacto desse benefício sobre o equilíbrio fiscal.

Outra lei já em vigor, a de número 6.753, de 11 de janeiro de 2016, instituiu Programa Habitacional do Servidor Público – Habitar Servidor, destinado a incentivar a aquisição de moradia por servidores públicos, ativos, inativos e seus pensionistas, militares e bombeiros militares, ativos, da reserva, reformados e seus pensionistas. Pela proposta destina-se o valor pecuniário correspondente ao terreno e/ou fração ideal do terreno de cada unidade habitacional dos empreendimentos previstos ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado.

Outra lei aprovada pelos deputados estaduais e sancionada pelo governador do Estado, a Lei Nº 6.764, instituiu, no âmbito do Serviço Público Estadual, o Regime de Previdência Complementar,

que se referem aos §§ 14, 15 e 16, do art. 40, da Constituição Federal, que operará Planos de Benefícios na modalidade de Contribuição Definida, dos servidores públicos titulares de cargo efetivo dos Poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e do Tribunal de Contas, suas autarquias, inclusive as de regime especial, e fundações públicas do Estado do Piauí, e os membros da magistratura, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, empregados públicos celetistas vinculados a autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas do Estado do Piauí, e dá outras providências.

A legislação visa conceder uma nova configuração ao sistema previdenciário dos servidores, membros de Poder e órgãos autônomos, que permitirá a sustentação do sistema previdenciário do Estado do Piauí.

Abaixo estão listados outros projetos de lei que tramitam na Assembleia Legislativa Estadual, todos em situação de aprovados em plenário do Poder Legislativo:

A) “Dispõe sobre o parcelamento de débitos oriundos de contribuições devidas e não repassadas aos Fundos Financeiro e Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Estado do Piauí, e dá outras providências”.

O presente projeto de lei visa sanar os débitos para que o Estado do Piauí não perca o Certificado de Regularidade Previdenciária.

B) “Dispõe sobre a desafetação de bens imóveis do Estado do Piauí e sua vinculação ao Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Piauí, e dá outras providências.”

Estes bens imóveis poderão ser locados ao Estado do Piauí, ou utilizados, dentro do que permite as leis previdenciárias, para gerar ativos financeiros ao referido Fundo.

FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS

Mais transparência e controle social

O Piauí tem se consolidado como um dos Estados mais transparentes do país. Desde a instituição do Portal da Transparência no Estado, por meio da Lei Ordinária Nº 6.020/2010, o Poder Executivo estadual tem buscado não apenas cumprir a legislação, mas principalmente criar ferramentas que facilitem o entendimento do cidadão quanto às informações disponibilizadas.

Esse trabalho resultou na subida do Piauí no ranking da Escala Brasil Transparente (EBT), da Controladoria-Geral da União, para avaliar o índice de transparência dos estados e municípios brasileiros quanto ao cumprimento das normas da Lei de Acesso à Informação.

O Estado é o 14º Estado com maior nível de transparência, considerando as finanças da administração pública estadual, estando entre os 16 melhores do país em transparência – que são as Unidades da Federação com nota acima de 8. Isso significa que há no Estado uma boa disponibilização de dados e acesso a essas informações para o cidadão. Segundo avaliação realizada entre agosto e outubro do ano passado, o Piauí tem nota 8.47, uma variação de 1,80 em relação ao ranqueamento anterior.

Além das ferramentas implantadas, como o Portal da Transparência, o Estado conta com o suporte da Controladoria-Geral do Estado (CGE) para manter a regularidade fiscal e previdenciária. Por meio da Controladoria, mais de meio bilhão de reais foram fiscalizados em 2015. As recomendações da CGE podem ter resultado em economia de R\$ 59 milhões aos cidadãos piauienses.

As auditorias realizadas abrangeram o maior número de recursos. A Gerência de Auditoria da CGE fiscaliza os órgãos, concomitante e preventi-



vamente, indicando recomendações, sugestões que, sendo implementadas, trarão economia para o Estado. O volume fiscalizado neste ano foi de R\$ 190,5 milhões.

A segunda área com maior volume de recursos fiscalizados foi em Análises de Contratos. Em 2015, foram realizadas cerca de 130 análises, que somaram R\$ 172 milhões, resultando em uma economia potencial de R\$ 17,6 milhões.

Todos os contratos passam pela Controladoria. A Gerência de Acompanhamento da Gestão emite parecer sobre os contratos, nos quais são avaliadas questões como a repactuação, aditivos, sempre orientando para buscar economia para o Estado.

A CGE tem atuado preventivamente, buscando um bom controle dos gastos públicos, monitorando convênios, orientando gestores com o propósito de contribuir para a melhoria do processo de decisão dos órgãos e entidades estaduais e para a elevação dos níveis de eficiência e de eficácia da gestão governamental. O alcance dessas metas se deve à qualidade dos auditores governamentais, colaboradores, parcerias e gestão voltada para resultados.

Convênios

Manter a regularidade fiscal e previdenciária é uma das principais atuações da CGE. Por meio da Gerência de Convênios, a CGE monitora diariamente o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), além de acompanhar convênios federais e estaduais. A Gerência de Controle Interno também acompanha a situação dos órgãos e entidades integrantes do Governo Estadual junto à Receita Federal.

Em 2015, foram fiscalizados cerca de R\$ 89 milhões em recursos oriundos de convênios de despesa, que podem gerar uma economia de R\$ 39 mil.

A CGE faz parte da Comissão de Gestão Financeira do Estado – presidida pelo secretário da Fazenda e que envolve gestores da SEPLAN, SEADPREV, Procuradoria-Geral do Estado e

SEGOV, responsáveis por monitorar a regularidade fiscal do Estado.

O acompanhamento da situação fiscal e previdenciária do Estado foi fundamental em 2015, pois possibilitou o recebimento de recursos de operações de crédito que serão utilizados para aumentar a capacidade de investimentos em todo o Piauí.

A adimplência do Estado permite ainda firmar convênios, realizar empréstimos, dentre outras transações que podem refletir em mais investimentos na administração pública. Um levantamento feito pela CGE apontou que, até o mês de novembro, foram liberados recursos para o Piauí na ordem de R\$ 37 milhões, oriundos de Convênios Federais. O Executivo Estadual também recebeu, este ano, R\$ 370 milhões do programa Pró-Desenvolvimento II, do Banco do Brasil.

Obras

A Controladoria também acompanha as obras do Estado. Por meio da Gerência de Controle de Obras, 63 produtos foram fiscalizados, totalizando cerca de R\$ 90,8 milhões, podendo gerar uma economia de R\$ 2,5 milhões.

Com o propósito de garantir a correta execução de obras e serviços de engenharia, a CGE realizou, ao longo de 2015, capacitações de 207 profissionais que atuam com obras públicas.

Um dos objetivos dos treinamentos foi repassar a esses profissionais a necessidade de um projeto básico bem elaborado, para que as obras e serviços de engenharia sejam executados de forma plena.

Redução de custos

Com vistas à economia de recursos e garantia de qualidade de convênios e serviços, foram realizadas auditorias especiais nos convênios celebrados entre o EMATER e Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambien-

te, auditoria no Fundo de Informática do Estado do Piauí (FIPI), ano de 2014, auditoria de gestão de receitas e despesas no IAPEP-Saúde/PLAMTA, auditoria no contrato de gestão celebrado entre a SEDUC e a Associação de Promoção da Juventude (APROJUV), entre outras.

Publicação de Manuais de Instruções 2015

- Manual do Gestor Público – Módulo: Orçamentário e Financeiro – 2ª Edição.
- Manual “O Que Todo Gestor Deve Saber”.

Transparência

Em 2015, as avaliações acerca da transparência da gestão dos Estados ficaram a cargo da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério Público Federal (MPF).

No que se refere à transparência ativa, aquela em que o Estado atua como agente ativo (sem necessidade de provocação pelo cidadão) no fornecimento de informações de interesse da população, o Estado do Piauí obteve a 5ª colocação no ano de 2015.

Quanto à transparência passiva, o Piauí evoluiu da 16ª posição para a 14ª entre os Estados da Federação, ao obter a nota 8,7.

No que se refere ao E-SIC (Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão), de 2014 a 2015, houve um crescimento de 22,66% no número de visitas, e uma queda no número de consultas sem resposta, que passou de 37% para 5% no mesmo período.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

Mais qualidade para os Órgãos Públicos através da modernização

No ano de 2015, o Estado deu um grande passo visando a socialização da internet e a segurança da informação com mais qualidade para os órgãos públicos. Dentre várias ações na área de tecnologia da informação que busca a modernização, destacam-se:

- Security Day, que visou buscar novas formas de segurança da informação, com aquisição de Softwares que protegem e previnem possíveis ataques de hackers, roubo de senhas, invasão de sites etc. Investimento de R\$ 500.000,00.
- Rede Metropolitana de Fibra Óptica, para disponibilizar internet de alta qualidade aos órgãos públicos com velocidade de 10 a 100 mbps. O investimento foi de R\$ 1.500.000,00.
- EPDA, projeto piloto de criação de software para crianças, em parceria com a UESP. Investimento de R\$ 20.000,00.
- Projeto Piauí Conectado, para levar internet grátis a onze praças de Teresina, sendo que já estão instalados duas: na Vila Operária e na Praça da Bandeira. Investimento de R\$ 600.000,00.
- Projeto de Inteligência de Negócios ou Dados (B.I. Business Intelligence), para informações gerenciais que permitem aos gestores indicadores que facilitam as tomadas de decisão. Investimento de R\$ 600.000,00.
- SisconsigNET. Tecnologia desenvolvida no Piauí será usada no Maranhão, que consiste em cessão de uso do sistema de empréstimos consignados em folha de pagamento desenvolvido pela ATI (PI) e cedido ao Maranhão.
- Acordo de Cooperação Técnica para aquisição de SCDP (Sistema para Controle de Diárias e Passagens Aéreas) entre os Estados do Piauí e Amazonas, para administrar com segurança e rigor as solicitações de diárias e passagens aéreas dos servidores públicos em serviço.



METROLOGIA LEGAL

Direitos dos consumidores defendidos

O Governo do Estado realizou, de janeiro a outubro de 2015, 10 operações especiais de defesa dos direitos dos consumidores: Volta às Aulas, Boa Viagem e Carnaval, Páscoa, Produtos Têxteis, Dia das Mães e Operação que Beleza, Festas Juninas, Carro Andando, Operação GLP, conjunta com Procon e Polícia, Cesta Básica, Operação conjunta com ANP em Postos Combustíveis, e Dia das Crianças.

Foram realizadas 33.727 verificações de instrumentos de medida, 35 registros de empresas (reforma de pneus, extintores de incêndio, permissionárias de manutenção e conserto de balanças, bombas medidoras de combustíveis, taxímetros, esfigmomanômetros), 5.000 fiscalizações de produtos de avaliação compulsória (saúde, segurança, meio ambiente) preservativos, brinquedos, material elétrico, eletrodomésticos (consumo de energia), produtos têxteis, capacetes, etc. e 6.731 fiscalizações em supermercados, mercadinhos, panificadoras, bombonnières, fábricas e indústrias.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PARTICIPATIVO

Ações de todos que geram resultados

Como o objetivo de promover e apoiar a construção de propostas de desenvolvimento territorial sustentável, a partir da interlocução com os órgãos governamentais, instituições da sociedade civil organizada e grupos representativos, sob a ótica da Territorialização do Estado, a SEPLAN promoveu a retomada do diálogo com a sociedade civil e com outros atores da administração pública, a partir da utilização dos instrumentos oficiais de planejamento, propondo o diálogo Estado x Sociedade e Estado x Estado.

Nesse sentido, o processo de construção do PPA 2016-2019 foi o principal instrumento de realização da retomada do planejamento estratégico com enfoque participativo. O processo participativo de elaboração do PPA no Estado do Piauí envolveu 1.751 participantes diretos, num total de 39 oficinas, com técnicos do Estado e de instituições federais e municipais e representantes da sociedade civil organizada de todos os segmentos.

Na elaboração do PPA, 173 dos 224 municípios mandaram representantes para as plenárias, somando 1.147 pessoas de todo o Estado, sendo 72 prefeitos, 120 vice-prefeitos, 87 vereadores e 868 representantes da sociedade civil. Nas oficinas setoriais, realizadas em Teresina, participaram: 73 órgãos do Governo Estadual, 23 do Governo Federal e 14 instituições da sociedade civil.

Além disso, o planejamento do Estado do Piauí ampliou sua atuação com a criação da Superintendência de Elaboração de Projetos, para apoiar os municípios e as instituições estaduais na elaboração e negociação de projetos técnicos. Outra área fortalecida no planejamento foi a de convênios e projetos especiais, que em 2015 se

destacou na efetivação de projeto de financiamento com o Banco Mundial, monitoramento do acordo de cooperação com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e financiamentos com o BNDES.

O Sistema de Monitoramento – SIMO, foi peça fundamental na gestão dos projetos e convênios do Estado, celebrados através da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Permitiu que vários contratos fossem renegociados e impediu que o Estado ficasse inadimplente. Além disso, vem apoiando as ações acompanhadas pela Fundação Getúlio Vargas, subsidiando com informações sobre o andamento das obras do Estado.

O orçamento foi alvo de um estudo comparativo que permitiu ajustes na elaboração do exercício de 2016, com metodologia que diminuirá os processos de suplementação e tornará a peça orçamentária mais próxima da realidade de execução dos órgãos.



GESTÃO EFICIENTE E CONTROLE FINANCEIRO

Receita Estadual

Em 2015, considerando o período de janeiro a outubro, a receita estadual atingiu o valor de R\$ 5,739 bilhões. Este valor pode ser decomposto em dois grandes grupos: arrecadação própria (referente aos tributos e demais receitas arrecadadas diretamente pelo Estado do Piauí) e Fundo de Participação dos Estados – FPE, transferido pela União.

O gráfico 1 demonstra o comportamento da Arrecadação Própria e do FPE no ano de 2015.

Arrecadação Própria

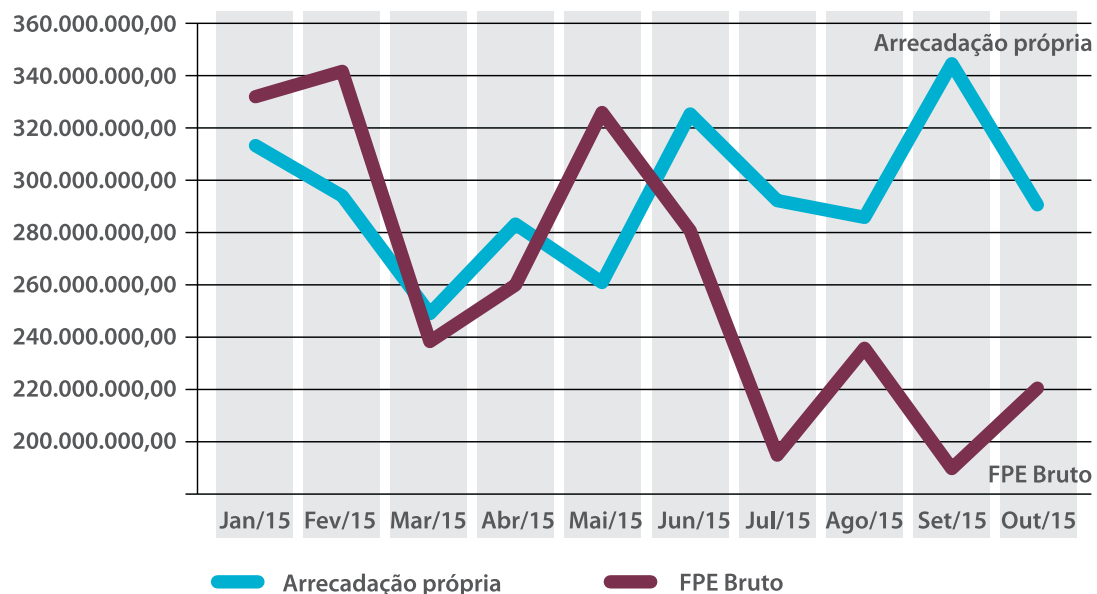
A arrecadação própria do Estado do Piauí acumulada até outubro foi de R\$ 3,014 bilhões. Este valor é 10,97% superior ao registrado no mesmo período do ano de 2014. Em termos reais (corrigindo a arrecadação passada pelo IPCA), houve acréscimo de 2,12% na arrecadação, conforme demonstra o gráfico 2.

A arrecadação de ICMS tem destaque em relação à dos outros tributos. O gráfico 3 mostra a participação de cada um dos tributos na arrecadação própria acumulada.

Incremento na Receita Estadual

A expansão da receita tributária do Estado (arrecadação própria) foi a responsável por segurar o Piauí em meio à instabilidade na economia, graças a uma série de medidas que deram maior eficácia e efetividade à gestão fiscal possibilitando aumento real dos recursos arrecadados.

Gráfico 1 – Evolução da Arrecadação Própria e FPE Bruto



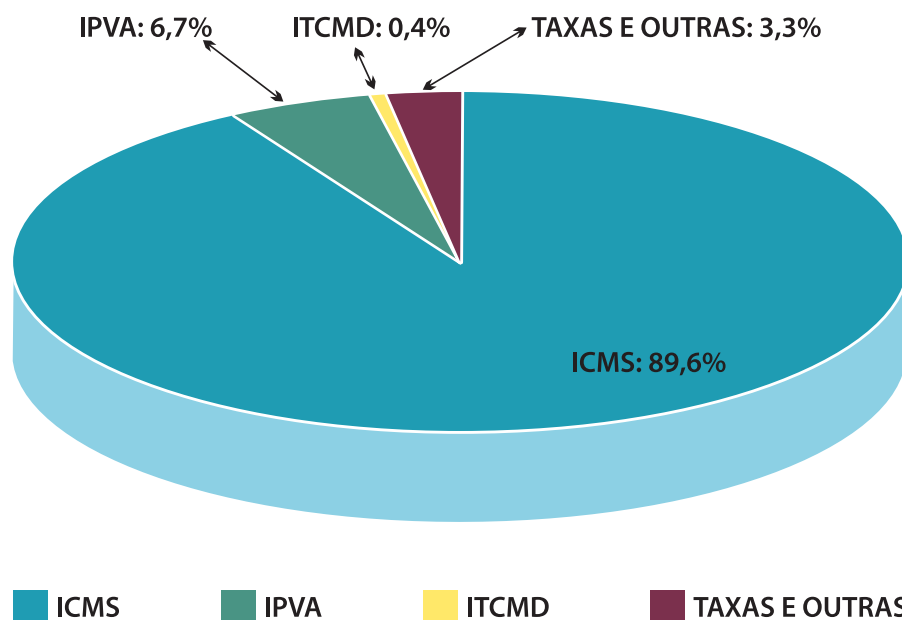
Fonte: SIAT* Valores Nominais

Gráfico 2 - Arrecadação própria acumulada até outubro/2015 (em R\$ bilhões)

Receita	Janeiro a Outubro			
	Arrecadação		Variação	
	[A]	[B]	[A]	[B]
	2014	2015	Nominal	Real
Normal	2,716	3,014	10,97%	2,12%
Corrigida*	3,040	3,104		

Fonte: SIAT. *Valores corrigidos pelo IPCA

Gráfico 3 – Participação de cada tributo na Arrecadação Própria acumulada.



Fonte: SIAT. *Valores nominais

. Até outubro de 2015, o crescimento foi de 11% em relação ao mesmo período do ano passado. Como houve perdas nas transferências federais constitucionais (fundos, como o FPE), a arrecadação do Piauí com impostos e taxas compensou essas perdas.

Ampliar a receita própria do Estado foi uma ação conjunta da Secretaria da Fazenda com outros órgãos da administração estadual. Daí por que é relevante citar as parcerias e cooperação com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e a Junta Comercial do Piauí (Jucepi), que também arrecadam. O Instituto de Terras do Piauí (Interpi) foi outro parceiro da Sefaz, através do programa de regularização fundiária, pode atingir R\$ 100 milhões.

Outro ponto de aumento da receita foi o trabalho conjunto desenvolvido pela Sefaz e a Polícia Civil, por meio da Delegacia de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária Econômica e Contra as Relações de Consumo (Decooterc). A ação fez dobrar a média mensal dos tributos estaduais arrecadados por meio da fiscalização itinerante. De fevereiro a novembro de 2015, foram arrecadados cerca de 8,17 milhões (R\$ 8.166.418,06) com esse tipo de fiscalização, o que representou um aumento de cerca de 50% na arrecadação mensal.

O equilíbrio fiscal e financeiro possibilitou manter o pagamento de servidores estaduais em dia e garantir o custeio para o funcionamento da administração pública. Com alguma folga financeira, se pôde manter investimentos.

Refis e Nota Piauiense reduziram dificuldades financeiras

Dentro do esforço de ampliar a receita própria, o Governo instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) 2015, o maior da história do Piauí, para a negociação de débitos com impostos como ICMS, ITCMD e IPVA. Um montante de R\$ 42,9 milhões em créditos tributários foi recuperado.

Além do Refis, a implantação do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Piauí, denominado Nota Fiscal Piauiense, ajudou a alavancar a arrecadação estadual.

Há 100 mil pessoas cadastradas no programa, que promove sorteios de prêmios mensais, cujo valor total era de R\$ 200 mil mensais até novembro, mas foi elevado em dezembro para R\$ 250 mil.

O consumidor ainda pode resgatar, há cada seis meses, créditos de ICMS, em dinheiro, dos contribuintes que tiveram um incremento na arrecadação.

Gráfico 4 – Resultado do REFIS 2015 (em R\$)

REFIS 2015					
	Dívida anterior	Desconto de anistia	Dívida atual	Saldo da conta**	Total pago
ICMS	144.891.325,30	39.141.014,33	105.750.310,97	71.081.771,40	34.668.539,57
IPVA	9.201.584,19	2.442.597,39	6.758.986,80	2.384.748,92	4.374.237,88
ITCMD	7.521.504,57	1.765.956,49	5.755.548,08	1.820.341,44	3.935.206,64
TOTAL	161.614.414,06	43.349.568,21	118.264.845,85	75.286.861,76	42.977.984,09

Fonte: SIAT *valores não definitivos, em razão de processos sobre homologação da anistia em situação de análise.

** Saldo da conta corresponde ao total do valor da dívida atual diminuído do total pago, que será recolhido de forma parcelada.

Programa Nota Fiscal Piauiense

Programa de estímulo à cidadania fiscal do Estado do Piauí, que tem por objetivos incentivar o cidadão adquirente de mercadorias, bens e serviços de transporte interestadual e intermunicipal a exigir do fornecedor o documento fiscal hábil, disseminar o Programa de Educação Fiscal junto à sociedade e combater a sonegação fiscal. Lançada em junho de 2015, a campanha **A Nota Piauiense Vale uma Nota**, realiza sorteios mensais de R\$ 200 mil, desde o mês de setembro, para premiar os contribuintes que exigem o cadastro do CPF na nota ou no cupom fiscal quando realizam compras no varejo. Além do prêmio,

a inclusão do CPF na nota gera também o direito a receber de volta parte do ICMS. A partir de dezembro, foram criadas mais faixas de prêmios e elevado o valor distribuído para R\$ 250 mil.

O Programa, de caráter permanente, vem sendo bem aceito pela sociedade e já contava em dezembro de 2015 com mais de 92.000 consumidores cadastrados. Sua repercussão tem sido notada, principalmente, no setor de bares, hotéis e restaurantes, que ocupa posição de evidência no que se refere à arrecadação de 2015 quando comparada ao ano anterior, apresentando um crescimento até out/2015 de 71%.



GESTÃO FISCAL EFICIENTE

Aquisição e implantação do novo Sistema Financeiro do Estado

Em 2015, a Secretaria Estadual da Fazenda assinou contrato para o desenvolvimento e implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE-PI), que substituirá o Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM).

O novo sistema é uma ferramenta mais moderna e facilitará a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Com o SIAFE-PI, é possível ter um melhor controle da gestão das finanças do Estado, pois a equipe do Tesouro Estadual poderá monitorar melhor todas as despesas públicas, em todas as áreas, podendo ter um maior controle das finanças do Estado. Entre outras vantagens do novo sistema, além de um layout mais moderno e que utiliza uma plataforma web, estão: a facilidade e a agilidade para realizar transações financeiras no sistema; possibilidade de obter relatórios financeiros mais seguros, dentre estes, os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O investimento foi feito com recursos do BID, no montante de R\$ 9,3 milhões. O Estado designou equipe para desenvolver a implantação do SIAFE-PI, cujo trabalho já iniciou em 2015, com previsão de início da entrada em operação do sistema em janeiro de 2017.

Adesão às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

No exercício financeiro de 2015, o Estado do Piauí aderiu às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, passando a atender as exigências da Secretaria do Tesouro



Nacional no que diz respeito ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e à elaboração dos Balanços Contábeis.

A modernização da Contabilidade do Estado é exigência da legislação e o seu descumprimento traria a liberação de recursos federais, dentre eles os convênios e os empréstimos com organismos financeiros nacionais e internacionais.

Orientação de gestores através das práticas contábeis

A Superintendência do Tesouro do Estado (SUTESP), com o objetivo de padronizar as práticas contábeis no âmbito da esfera estadual sob a mesma base conceitual, passou a divulgar no site da SEFAZ os Procedimentos Contábeis Padronizados (PCPs).

Os PCPs servem como guia aos usuários do sistema SIAFEM, e poderão ser consultados para esclarecer dúvidas sobre lançamentos contábeis, como o registro de receitas, a contabilização da folha de pagamento, controle de restos a pagar, baixa de bens do almoxarifado etc. Esses procedimentos devem seguir as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP), bem como do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Secretaria da Fazenda apresentou, no exercício de 2015, todos os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dentro dos prazos estabelecidos, o que demonstra o compromisso do Governo em atender a normas e limites para administrar as finanças, prestando contas sobre o quanto e como gasta os recursos públicos.

A SEFAZ-PI apresentou à Comissão de Fiscalização e Controle, Finanças e Tributação, da Assembleia Legislativa, os demonstrativos de avaliação do cumprimento das metas fiscais, conforme estabelecido no § 4º do Art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

O Governo do Estado adotou medidas relacionadas ao corte do custeio, desde a época da transição, a exemplo de corte de gastos em relação à nomeação de cargos comissionados, redução nas despesas com passagem aérea, aluguel de imóveis e veículos etc.

Durante a audiência da apresentação dos resultados, foi demonstrado que as metas fixadas estão sendo cumpridas, especialmente no tocante às despesas com pessoal e a dívida em relação à RCL, que se encontram abaixo dos tetos legais.

O superávit primário do Piauí cresceu 134,36%

Despesa Corrente Líquida sobre a Receita Corrente (%)



Fonte: Relatórios RLF/ Maio/Agosto 2015

em relação ao mesmo período do ano passado (janeiro a agosto). O Estado do Piauí já atingiu 60,29% da meta prevista na LDO para 2015.

Além disso, a Dívida Consolidada do Estado do Piauí caiu 45,34%. Isso demonstra que o Estado está diminuindo o seu nível de endividamento e tem capacidade para contrair novos empréstimos para realizar novos investimentos. O estoque da Dívida Consolidada Líquida teve, no 2º quadrimestre/2015 um decréscimo de 23,14% em relação à posição de dezembro/2014. Em obediência à Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, que estabelece um limite para a Dívida Consolidada Líquida em 200% da Receita Corrente Líquida (RCL), o Estado atingiu 45,34% da DCL sobre a RCL.

Fundo de Participação dos Estados - FPE

A transferência de recursos do Fundo de Participação do Estado (FPE) para o Piauí é a receita mais importante dentre os repasses feitos pela União. No período de janeiro a outubro de 2015, totalizou o montante bruto de R\$ 2.725.657.060,22. O comparativo dos repasses do FPE no ano de 2015 com o ano de 2014, até o mês de outubro, revela um crescimento nominal de 6,26%.

Dos Gastos com Profissionais do Magistério

Conforme preconiza a lei, pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica (docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica) em efetivo exercício na rede pública.

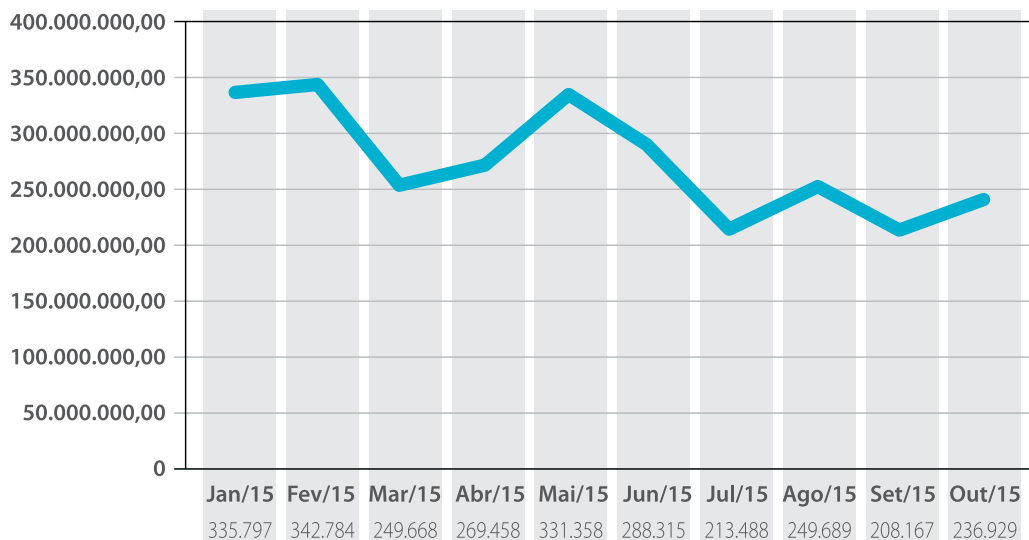
A Secretaria da Fazenda apurou, através dos relatórios das LRF, que o Estado do Piauí alcançou, ao final do 2º quadrimestre do exercício de 2015, o percentual de 91,64%.

E do mínimo exigido de 25% das Receitas resultantes de Impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (Caput do art. 212 da CF/88), o Estado atingiu o percentual de 26,05% até o 2º quadrimestre/15.

Dos Gastos com Saúde

O Estado aplicou em despesas com ações e serviços públicos de saúde até o segundo quadrimestre de 2015, cerca de R\$ 514 milhões, o que representa 12,54% da receita de impostos e transferências (RIT), ficando acima do limite constitucional anual de 12%.

Repases do FPE até Outubro/2015

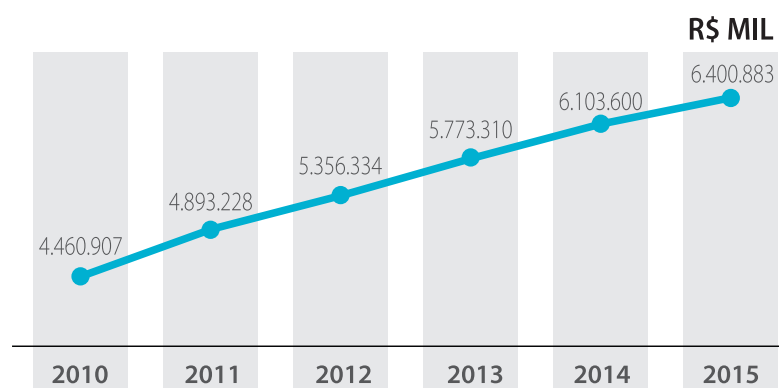


Receita Corrente Líquida - RCL

Saliente-se a manutenção crescente da evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) como uma tendência dos últimos anos. O gráfico acima apresenta a evolução da RCL no período de 2010 a 2015, nos quadrimestres de referência.

É oportuno destacar que o crescimento da RCL possibilita ao Estado manter o equilíbrio das finanças, permitindo novos contratos, realizar novas operações de crédito para investimentos, pagamento do serviço da dívida pública e manter atualizado o pagamento de pessoal.

Evolução da RCL 2010/2015 (2º Quadrimestre)



Fonte: SIAFEM/PI



EQUIPE DE GOVERNO

GOVERNADOR DO ESTADO

José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Margarete de Castro Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

Francisco José Alves da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC

Henrique Rebelo

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Fábio Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Fábio Núñez Novo

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL

Hélio Isaías

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO - SEDET

José Icemar Lavor Neri

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

Francisco Limma

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SEDUC

Rejane Ribeiro Sousa Dias

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ

Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

Janaína Marques

SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SEID

Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMAR

Luiz Henrique Sousa de Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Luís Coelho da Luz Filho

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

Francisco de Assis e Oliveira Costa

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO - SETRE

Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO - SETUR

Flávio Rodrigues Nogueira Júnior

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - SETRANS

Guilhermano Pires Ferreira Correa

COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

CEL. PM Carlos Augusto Gomes de Souza

GABINETE MILITAR

Cel. PM José Denílson do Rego Marques

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - CGE

Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

João Rodrigues Filho

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER

Simone Pereira de Farias Araújo

COORDENADORIA DE ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

Sâmio Falcão Mendes

COORDENADORIA DE FOMENTO À IRRIGAÇÃO

Benedito de Carvalho Sá

COORDENADORIA DE FOMENTO AO SANEAMENTO RURAL

Gilberto Gomes de Medeiros

COORDENADORIA DA JUVENTUDE

Deolino Moura Neto

COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES - CEPM-PI

Haldaci Regina da Silva

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

Coronel Carlos Frederico Macedo Mendes

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ - DPE

Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes

DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ

Riedel Batista dos Santos Reinaldo

OUIDORIA GERAL DO ESTADO

Soraya de Carvalho Castelo Branco Soares

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PGE

Plínio Clerton Filho

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PIAUÍ - IASPI

Daniele Amorim Aita

INSTITUTO DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ

Herbert Buenos Aires

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO RURAL - EMATER-PI

Marcos Vinícius do Amaral Oliveira

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PIAUÍ

Marcos Steiner Rodrigues Mesquita

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI

Francisco Alberto de Brito Monteiro

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PIAUÍ - IMEPI

Maycon Danylo Araújo Monteiro

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ANTONINO FREIRE

Sebastião Gomes Ferreira

INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI

José Osmar Alves

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

Francisco Guedes Alcoforado Filho

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

Antonio José Castelo Branco Medeiros

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - FUESPI

Nouga Cardoso Batista

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ESPORTES - FUNDESPI

Vicente de Sousa Sobrinho

FUNDAÇÃO ANTARES - RÁDIO E TV EDUCATIVA

Humberto Coelho Silva

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - ADAPI

Antoniél de Sousa Silva

AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ/SA

Antonio Cezar Araújo Fortes

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO PIAUÍ - ATI

Avelyno Medeiros da Silva Filho

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO PIAUÍ - ADH

Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI

José Araújo Dias

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN-PI

Arão Martins do Rego Lobão

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - JUCEPI

Maria Alzenir Porto da Costa

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO PIAUÍ S/A - CEAPI

Paulo César Noleto de Santana

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ - GASPISA

Antonio Rodrigues de Sousa Neto

COMPANHIA METROPOLITANA DE TRANSPORTE PÚBLICO - CMTP

Antonio Luiz Cronemberger Sobral

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO - EMGERPI

José Ricardo Pontes Borges

EMPRESA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA

Raimundo Nonato Farias Trigo

ELABORAÇÃO

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO

Antônio Rodrigues de Sousa Neto

SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Rejane Tavares da Silva

SUPERINTENDENTE DE COOPERAÇÃO TÉCNICO FINANCEIRA

Sérgio Gonçalves de Miranda

SUPERINTENDENTE DE PROJETOS

Raimundo Pereira de Sousa Filho

DIRETORA DA UNIDADE DE APOIO AO PLANEJAMENTO REGIONAL

Amália Rodrigues de Almeida

DIRETOR DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Manoel Lopes Batista

DIRETORA DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Carmem Verônica da Silva Costa

Apoio Coordenadoria de Comunicação Social do Estado do Piauí – CCOM

Diretoria de Jornalismo

Diretoria de Marketing

EQUIPE TÉCNICA

Amália Rodrigues de Almeida

Andréa Simone dos Santos Sousa

Iraídes Rodrigues Leite Araújo

Gisele de Araújo Oliveira

Maria do Socorro Nascimento

Maria de Fátima Damasceno Moura Fé

Teresinha de Jesus Francisca da Silva

Waldiney Fernandes Viana

FOTOGRAFIAS

Alana Sousa, Aureliano Müller, Cláudio Barros, Francisco Gilásio, Francisco Leal, Jardenya Bezerra, Jairo Moura, Jorge Henrique Bastos, Marcelo Cardoso, Margareth Leite, Maurício Pokemon, Paulo Barros, Raoni Barbosa, Regis Falcão, Wesslley Sales

DIREÇÃO CONCEITUAL

S/A Propaganda



<http://www.piaui.pi.gov.br>

/governodopiaui

/governodopiaui



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

**UM ESTADO QUE CRESCE
JUNTO COM SUA GENTE**